



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ANA JÚLIA PEPEU GOMES**

**A LAVAGEM DE DINHEIRO NA CORRUPÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA:  
UM COMBATE NECESSÁRIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS  
FUNDAMENTAIS SOCIAIS**

**SANTA RITA - PB**

**2019**

**ANA JÚLIA PEPEU GOMES**

**A LAVAGEM DE DINHEIRO NA CORRUPÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA:  
UM COMBATE NECESSÁRIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS  
FUNDAMENTAIS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos

**SANTA RITA - PB**

**2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

G633l Gomes, Ana Julia Pepeu.

A LAVAGEM DE DINHEIRO NA CORRUPÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA:  
UM COMBATE NECESSÁRIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS  
FUNDAMENTAIS SOCIAIS / Ana Julia Pepeu Gomes. - João  
Pessoa, 2019.  
76 f. : il.

Orientação: Ronaldo Alencar dos Santos.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Corrupção. Lavagem de dinheiro. Direitos sociais. I.  
Santos, Ronaldo Alencar dos. II. Título.

UFPB/CCJ

**ANA JÚLIA PEPEU GOMES**

**A LAVAGEM DE DINHEIRO NA CORRUPÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA:  
UM COMBATE NECESSÁRIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS  
FUNDAMENTAIS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial da obtenção do grau de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos

**DATA DA APROVAÇÃO: 26/09/2019**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos  
(ORIENTADOR)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Ma. Nayara Toscano de Brito  
(EXAMINADORA)**

---

**Prof. Dr. Valfredo de Andrade Aguiar Filho  
(EXAMINADOR)**

Dedico este trabalho à minha família por representar a conclusão de um dos seus maiores sonhos: a minha formação enquanto Bacharela em Direito.

## AGRADECIMENTOS

Concluir a graduação possui uma imensa significação por representar a finalização um período de transição, aprendizado e, definitivamente, maturidade. Durante estes últimos cinco anos, enquanto graduanda do Curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas, pude me conhecer mais, amadurecer enormemente, testar os meus limites e reconhecer a minha capacidade. Nessa jornada, muitas foram as pessoas que contribuíram para o meu aprendizado acadêmico e humano, fazendo total diferença e tornando falha qualquer tentativa minha de elencar com sucesso cada uma delas. Por isso, destacarei algumas em especial.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Ana Carolina e José Hélio, por sempre terem me estimulado desde pequena a alcançar os meus objetivos quaisquer que eles fossem. Por terem acreditado e investido em mim não apenas com suporte material, mas, principalmente, por terem sempre estado dispostos a dialogarem, ouvirem os meus desejos, sonhos e anseios, permanecendo e me fazendo ter a certeza de que sempre estiveram e estarão ao meu lado.

Agradeço, também, aos meus avós maternos, Roberval e Dorinha, por terem sido, durante toda a minha vida, o meu porto seguro e minha fonte de segurança, sendo a minha maior referência e o meu ponto de partida. Vovô sempre tão amável e vovó minha maior confidente, obrigada por terem contribuído com a minha trajetória acadêmica de todas as maneiras. Obrigada por não apenas acreditarem em mim, mas por serem o meu maior abrigo.

Aos meus tios, Izabela e Ronaldo, obrigada por se manterem sempre tão próximos e serem os meus maiores amigos. Obrigada por serem tão presentes, por me ouvirem, por aconselharem e, principalmente, em meio ao caos, sempre me fazerem sorrir. À vocês, sou grata pelos contínuos estímulos de todas as maneiras e modos, pela parceria e pelos incentivos que recebo para seguir o que eu almejar por enxergarem em mim enorme capacidade.

O curso de Direito foi um processo de autoconhecimento para mim e, definitivamente, não haveria sido da mesma forma se não fossem os professores tão marcantes e os amigos tão presentes que conquistei ao longo desses anos. Sendo assim, lembro-me ainda do primeiro período do curso em que vivenciei o meu primeiro seminário na disciplina de Ciência Política ministrada pelo professor Ulisses Job. Professor, o senhor em sua disciplina me fez reconhecer em mim mesma o potencial que eu nunca havia enxergado. Ao senhor, registro a minha gratidão por ter me auxiliado a conquistar a minha própria segurança e confiança, que serão imprescindíveis para os passos que estão por vir.

Neste mesmo início de curso, nas disciplinas de História e Antropologia e Direito Romano, pude conhecer o professor Giscard Agra, que, posteriormente, veio a se tornar o meu

primeiro orientador na vida acadêmica. Do mesmo modo que o professor Ulisses, o senhor me auxiliou a enxergar o quão sou capaz de alcançar minhas metas e objetivos, além de ter me apresentado àquilo que, durante a graduação, mais me preencheu: a vida acadêmica. Obrigada, igualmente, por tanta solicitude durante o curso, professor!

Entre os docentes, registro, também, os meus agradecimentos ao professor Valfredo Aguiar que, durante a disciplina de Direito Empresarial, sempre esteve disposto a esclarecer toda e qualquer dúvida, fazendo dessa uma das melhores disciplinas do curso para mim. Porém, mais que isso, o senhor me acompanhou de perto, me vendo dar tantos outros passos e sendo para mim um grande amigo.

Agradeço, igualmente, à professora Raquel Moraes, cujo projeto de extensão me foi fonte de tantos aprendizados, principalmente pessoais, ao me fazer questionar - e também responder - qual a maneira que pretendo atuar profissionalmente no mundo. Ao professor Waldemar Aranha, agradeço por sua orientação durante a monitoria, que me fora tão importante por reafirmar em mim o papel que pretendo exercer em nossa sociedade. Por último, registro os meus agradecimentos ao professor Ronaldo Alencar, orientador deste trabalho, cuja tranquilidade e paciência durante todo o período de pesquisa me foram essenciais.

Aos amigos, o que dizer e como agradecer? Acredito que palavras não são capazes de expressar o quanto sou grata por ter conhecido cada um de vocês e por tudo o que vivemos. Agradeço à Myrlla por, desde o primeiro período, ter sido uma grande parceira acadêmica, compartilhando tantos conhecimentos e estando presente em muitos dos meus questionamentos pessoais. À Josseana, sou grata não apenas por termos estado juntas durante a graduação, mas por termos construído um vínculo tão forte para além do curso. Jô, obrigada pela paciência, pelos conselhos e por todo suporte que sempre me destes.

Para Cláudio, registro não apenas a minha gratidão, mas, também, a minha admiração. Amigo, obrigada por ter me apresentado a um mundo que eu não conhecia, por ter despertado em mim a capacidade de olhar e entender o outro e, principalmente, por sempre ter sido tão acolhedor quanto aos meus questionamentos.

Não há como pensar em minha trajetória acadêmica sem lembrar do Centro Acadêmico Manoel Mattos, entidade de representação estudantil do Curso de Direito de Santa Rita, responsável por me apresentar a muitas das pessoas que possuem enorme importância em minha vida hoje, dentre as quais destaco Ysnéia, Adalgisa e Anna Luíza: amigas, obrigada por terem estado ao meu lado, me fornecendo todo o suporte emocional que durante esses anos precisei. Obrigada por todo apoio e, principalmente, por terem se feito presentes na construção de laços de amizade tão importantes para mim, sempre me aceitando por quem sou.

Ao amigo Paulinho, como agradecer? Obrigada por ter estado à frente do Centro Acadêmico comigo, obrigada por ter feito parte do período que representou tanto aprendizado e ganho de maturidade para mim. Obrigada por em meio a tantas diferenças que tivemos, ter me ensinado a olhar com outra percepção para a vida. E, por fim, obrigada por tantos debates de cunho político, pois foram eles os responsáveis para que eu idealizasse o tema deste trabalho.

Registro, também, o meu agradecimento às amigas Marcella, Beatriz, Débora, Heloísa, Larissa, Thainá, Jéssyca e Carol, por tornarem a minha vida em João Pessoa muito mais doce, sendo minhas companheiras e me auxiliando a ter forças para concluir essa etapa da minha vida. Graças a vocês posso dizer que, em João Pessoa, tenho uma família.

Como dito inicialmente, é falha qualquer tentativa de elencar com sucesso todos aqueles que marcaram minha trajetória acadêmica. Assim, finalizo agradecendo aos colegas de turma, à minha amiga de infância, Ludmila, aos amigos Rafael e Romeu, além de todos aqueles que, mesmo não mencionados especificamente, fizeram parte, de alguma maneira, da minha história no Curso de Direito de Santa Rita da UFPB e me encorajaram durante todos esses anos com tantas palavras de força, sabedoria, amor e compreensão.

À todos vocês, a minha mais sincera gratidão.



**Como nossos pais**  
**(Elis Regina)**

Nossos ídolos ainda são os mesmos  
E as aparências  
Não enganam não  
Você diz que depois deles  
Não apareceu mais ninguém  
Você pode até dizer  
Que eu 'tô por fora  
Ou então que eu 'tô inventando  
Mas é você que ama o passado  
E que não vê  
É você que ama o passado  
E que não vê  
Que o novo sempre vem

## RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar a maneira com a qual a corrupção e a lavagem de dinheiro se vinculam com a inefetividade dos direitos sociais fundamentais assegurados no *caput* do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa teórica voltada à investigação de um problema concreto que acomete a sociedade brasileira na atualidade, qual seja: a lavagem de dinheiro em função da corrupção sistematizada nas instituições públicas nacionais. Isto porque esse trabalho pretendeu defender um argumento jurídico a ser aplicado no que versa o combate à lavagem de dinheiro por meio de um raciocínio baseado no estudo do caso conhecido como Petrolão, na seara da Operação Lava Jato, utilizado nessa pesquisa de modo ilustrativo, dada a sua relevância no cenário nacional, para constituir uma conclusão geral sobre a temática da lavagem de dinheiro e suas consequências sobre os direitos fundamentais sociais. A pesquisa foi realizada, inicialmente, a partir da análise de fontes bibliográficas, privilegiando, em especial, teses, dissertações, monografias, bem como artigos científicos sobre o tema dos crimes econômicos e lavagem de dinheiro. Além disso, por utilizar um caso concreto como fonte ilustrativa da temática, realizou-se também uma pesquisa documental junto à documentos do Ministério Público Federal. Obteve-se como resultados: a) a compreensão do modo como ocorre a lavagem de dinheiro no cenário de corrupção existente no Poder Público brasileiro; b) a análise de como falhas na legislação material e processual penal brasileira dificultam o combate à lavagem de dinheiro; e c) a demonstração da vinculação existente entre a corrupção, a lavagem de dinheiro e a inefetividade dos direitos sociais fundamentais expressos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. A partir disso, alcançou-se a conclusão de que a lavagem de dinheiro é um crime necessário para garantir a execução e perpetuidade dos esquemas corruptos que assolam o Brasil, de maneira que ao combatê-la se empreende uma luta contra a corrupção sistêmica e em favor da concretização e efetivação dos direitos sociais.

**Palavras-chaves:** Corrupção. Lavagem de dinheiro. Direitos sociais.

## ABSTRACT

The purpose of this monograph is to analyze how corruption and money laundering are linked to the ineffectiveness of the fundamental social rights enshrined in the “*caput*” of article 6º of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. To this end, this theoretical research focused on the investigation of a concrete problem that affects Brazilian society today, namely: money laundering in function of the systematized corruption in national public institutions. This is because this work intended to defend a legal argument to be applied to the fight against money laundering through reasoning based on the case study known as Petrolão, in the area of Operation Lava Jato, used in this research illustratively, given its relevance on the national scene, to constitute a general conclusion about money laundering and its consequences on fundamental social rights. Initially, the research was based on the analysis of bibliographic sources, focusing on theses, dissertations, monographs, as well as scientific articles on the subject of economic crimes and money laundering. In addition, by using a concrete case as an illustrative source of the theme, a documentary research was also made on documents from the Federal Public Prosecution Service. The following results were obtained: a) the understanding about how money laundering occurs in the scenario of corruption existing in the Brazilian Public Authorities; b) the analysis of how flaws in Brazilian material and criminal procedural legislation make it difficult to combat money laundering; and c) the demonstration of the link between corruption, money laundering and the ineffectiveness of fundamental social rights expressed in article 6 of the Federal Constitution of 1988. From this, it was concluded that money laundering is a crime necessary to ensure the execution and perpetuity of the corrupt schemes that plague Brazil. Therefore, fight against her is also a way to fight against the systemic corruption for the effective realization of the social rights.

**Keywords:** Corruption. Money laundering. Social rights.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A LAVAGEM DE DINHEIRO E A CORRUPÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA .....</b>	<b>16</b>
2.1 CORRUPÇÃO DE NATUREZA POLÍTICA NO BRASIL: A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS DESDOBRAMENTOS DA LAVAGEM DE CAPITAIS NO PETROLÃO COMO ILUSTRAÇÃO .....	22
<b>3 AS FALHAS NA LEGISLAÇÃO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL BRASILEIRAS QUE DIFICULTAM O COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO ..</b>	<b>30</b>
3.1 LAVAGEM DE DINHEIRO: A LEI 9.613/1998 COM ALTERAÇÕES DA LEI 12.683/2012 .....	35
<b>4 OS REFLEXOS SOCIAIS DA LAVAGEM DE DINHEIRO SOBRE A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS .....</b>	<b>48</b>
4.1 A LAVAGEM DE DINHEIRO ENQUANTO UM ATO DE CORRUPÇÃO E SUA VINCULAÇÃO COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS .....	52
4.2 A CONTRIBUIÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO PARA A INEFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS: UMA ESTIMATIVA QUANTITATIVA .....	57
4.3 OS IMPACTOS DO PETROLÃO PARA A INEFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS .....	61
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como propósito analisar o modo com o qual a corrupção e a lavagem de dinheiro se associam com a inefetividade dos direitos sociais fundamentais, que estão previstos no *caput* do artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Isto porque desde a promulgação da nossa atual Carta Magna, o Brasil consolidou o sistema democrático em seu território, vivenciando uma estabilização de suas instituições, além da estabilidade monetária, proporcionando uma maior participação dos cidadãos em seus órgãos governamentais e consagrando uma série de direitos e garantias fundamentais, dentre os quais constam os direitos sociais, que permitiram uma maior inclusão social, na medida em que ao longo desse tempo cerca de 30 milhões de pessoas saíram da linha da miséria (BARROSO, 2018) e alcançaram uma maior qualidade de vida em razão de uma maior efetivação dos seus direitos constitucionais. Isto porque ao consagrar em seu texto a saúde, a moradia, a educação, o trabalho, a alimentação, o transporte, entre outros elementos sociais, enquanto direitos fundamentais dos cidadãos, a Constituição de 1988 impôs aos Poderes da República, o dever de concretizá-los.

Entretanto, em paralelo a este cenário, desde os anos 2000, a sociedade brasileira tem encarado uma série de revelações no que concerne a institucionalização da corrupção que assolou diversos segmentos nacionais, principalmente a seara política. Dentre essas descobertas, destacou-se o Petrolão, caso em que executivos da Petrobras estavam desviando cerca de 3% dos valores contratuais para o Partido dos Trabalhadores, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido Progressista, deslocando uma média anual de 29 a 42 bilhões de reais dos cofres públicos para financiar os partidos políticos envolvidos, além de um estilo de vida luxuoso para os beneficiados pela propina em detrimento do desenvolvimento humano e infraestrutural pátrio, causando a diminuição de fundos públicos, além da criação de obstáculos a negócios e a competição justa no mercado brasileiro (PLATT, 2017). O Petrolão, assim, deixou claro que a corrupção existente em nosso país é sistêmica e, por isso, tão gravosa, haja vista a articulação dos setores públicos e privados, que vincula a classe política, empresarial, servidores públicos, empresas privadas e estatais.

Nesse sentido, a lavagem de dinheiro se torna um esquema necessário em meio aos planejamentos de corrupção, haja vista atribuir uma aparência lícita ao dinheiro adquirido ilicitamente, facilitando e garantindo o seu usufruto pelos agentes corruptos envolvidos ao ser responsável por mascarar as ações criminosas da qual advém a verba desviada para fins de vantagem pessoal indevida. Com isso, a lavagem de capitais dificulta o combate aos esquemas

de corrupção por obstaculizar possíveis investigações pelas autoridades responsáveis, sendo um delito “peça-chave” dos esquemas de corrupção por respaldar, desse modo, a continuidade do desvio de dinheiro público.

Diante deste contexto, temos que a boa governança do nosso país é comprometida, na medida em que a corrupção atinge a capacidade estatal de respeitar, proteger e assegurar os direitos e garantias fundamentais (BARROSO, 2018), dentre os quais insere-se os direitos sociais, previstos pela nossa Constituição. Isto porque as ações dos nossos políticos e representantes nos Poderes Legislativo e Executivo, encarregados pela elaboração e concretização de políticas públicas responsáveis por efetivar o gozo dos nossos direitos, passam a ser pautadas por razões e interesses pessoais, prejudicando o pleno acesso da população àquilo que lhes é resguardado constitucionalmente. Afinal, os direitos sociais são efetivados por meio da execução de políticas públicas, motivo pelo qual a corrupção impõe custos altos para o desenvolvimento humano nacional, posto que o dinheiro público é desviado de suas funções sociais para a consecução de fins privados dos altos dirigentes estatais, vulnerabilizando a sociedade brasileira em virtude da ausência dos devidos investimentos financeiros em políticas públicas necessárias para a concretização dos seus direitos assegurados constitucionalmente (COMPARATO, 2010).

Por essa razão, tendo em vista essa conjuntura que assolou o nosso país a partir dos anos 2000 principalmente, a população brasileira começou a se mobilizar internamente, exigindo profundas mudanças em nosso campo político, o que ocasionou importantes reflexos em nossos três Poderes. É nesse cenário, então, que surgiu a nova lei de lavagem de dinheiro e a Operação Lava Jato, responsável por investigar o Petrolão, obtendo grande destaque por se tratar da maior investigação brasileira no que concerne os crimes de colarinho branco, modalidade em que se inserem as práticas corruptas, dentre as quais consta a lavagem de dinheiro.

Considerando essa breve análise, tem-se, nesta monografia, como objeto de estudo o influxo da lavagem de dinheiro nos esquemas brasileiros de corrupção de natureza política e a sua influência para a ineficácia dos direitos sociais fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Dessa maneira, o problema da pesquisa ora elaborada consiste na seguinte pergunta: “de que modo a corrupção e a lavagem de dinheiro se relacionam com a inefetividade dos direitos sociais? ”.

Isto porque é imprescindível e extremamente relevante socialmente o estudo dos esquemas de corrupção que assolaram sistemicamente as instituições e órgãos pátrios, na medida em que a própria população é a maior vítima dos crimes que permeiam a corrupção. Afinal, a sociedade tem a efetividade dos seus direitos mitigada em razão do desvio de verbas

provocado pelas práticas corruptas que envolvem os servidores e órgãos públicos em virtude da inaplicabilidade do dinheiro desviado em políticas públicas destinadas para a concretização de direitos sociais.

Com isso, percebemos a importância deste estudo em específico, dada a sua fundamentalidade para a compreensão das fragilidades nacionais que favorecem a prática de lavagem de dinheiro, crime essencial para a ocultação de bens adquiridos através de meios ilícitos por desconectar o criminoso da sua ação criminosa e, conseqüentemente, do bem adquirido através dela. Assim, a lavagem de dinheiro assegura a perpetuação da prática de outros crimes que também caracterizam a corrupção no Brasil, como as fraudes licitatórias, por mascarar o crime e o criminoso, dando-lhes uma aparência de licitude quando em realidade não o são, fazendo o criminoso gozar da impunidade, haja vista as dificuldades existentes, primeiramente, para que seus crimes sejam descobertos e para que haja o seu enquadramento a ponto de ser o agente corruptor devidamente responsabilizado. Logo, compreender razoavelmente todo esse fenômeno no âmbito brasileiro, conforme planeja este trabalho, é imprescindível para implantarmos as medidas de combate à corrupção necessárias e adequadas para a realidade sociocultural e jurídica brasileira.

Para tanto, temos enquanto objetivos específicos: a) compreender como ocorre a lavagem de dinheiro no cenário de corrupção existente no Poder Público brasileiro; b) analisar como as falhas na legislação material e processual penal brasileira dificultam o combate à lavagem de dinheiro; e, por fim, c) demonstrar a vinculação existente entre a corrupção, a lavagem de dinheiro e a inefetividade dos direitos sociais fundamentais expressos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Quanto à metodologia, temos uma pesquisa teórica que busca responder um problema concreto, que acomete a sociedade brasileira, a saber, a corrupção e suas conseqüências para a efetivação dos direitos sociais. Assim, almejou-se obter um conhecimento teórico e especulativo a fim de aplicá-lo em fatos da realidade social sobre a qual este estudo se desdobra, que são caracterizados enquanto extremamente recentes. Com isso, esteve este trabalho baseado em uma pequena literatura ainda bastante controversa até o momento, tratando-se, portanto, de uma pesquisa exploratória, pois “pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 1994, p. 45). Em relação aos fins, por sua vez, desenvolveu-se uma pesquisa explicativa, por termos buscado verificar, descrever e explicar os fatos e fenômenos sociais pertinentes a esta abordagem temática, apontando as conseqüências do problema desta pesquisa.

No que concerne ao levantamento de dados, esse estudo esteve pautado, inicialmente, em uma pesquisa bibliográfica por estar privilegiando referências já publicadas, em especial artigos científicos, trabalhos monográficos, dissertações de mestrado e teses de doutorado (MARCONI e LAKATOS, 2017), posto que essas constituem as produções mais atualizadas acerca da temática estudada. Ademais, por fazer uso de um caso concreto para ilustrar o tema tratado, realizou-se, também, uma pesquisa documental junto às explicações investigativas fornecidas pelo Ministério Público Federal sobre o Petrolão.

Por fim, esse estudo pretendeu construir um argumento jurídico a ser aplicado socialmente no que versa o combate à lavagem de dinheiro por meio de um raciocínio baseado em fatos particulares, como é o caso do Petrolão na seara da Operação Lava Jato, que fora estudado ilustrativamente, dada a sua relevância no cenário nacional no que versa a realidade investigativa da criminalidade econômica, em que se insere a lavagem de capitais, para constituir uma conclusão geral sobre a temática pesquisada.



## 2 A LAVAGEM DE DINHEIRO E A CORRUPÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Souto (2013) conceitua a lavagem de dinheiro como sendo um meio através do qual os bens, direitos e valores advindos de qualquer infração penal, seja direta ou indiretamente, são inseridos ao sistema econômico financeiro com aparência de serem originados por meio de fontes legais, o que garante a perpetuidade de “graves delitos e a percepção de seus frutos ilícitos” (SANCTIS, 2015, p. 171). A lavagem de dinheiro, portanto, caracteriza-se enquanto uma ação *ex post facto* por ser efetuada após a realização de um crime principal, motivo pelo qual é compreendida como um crime acessório.

Nesse sentido, ainda de acordo com o entendimento de Sanctis (2015), a lavagem de dinheiro tem obtido cada vez mais atenção para si por relacionar-se com a alta sofisticação atingida pelas atividades criminosas, que não apenas se organizaram entre si, mas, também, profissionalizaram-se e se transnacionalizaram. Isto porque a globalização facilitou a movimentação internacional de capitais, provocando um maior leque de possibilidades para se lavar dinheiro na atualidade, motivo pelo qual se atribuiu uma maior importância ao seu combate e, com isso, tornou-se imprescindível conhecer o seu *modus operandi*.

Sendo assim, Schorscher (2012) descreve a lavagem de dinheiro como uma atividade realizada em três etapas, quais sejam: a colocação, a dissimulação - também conhecida como ocultação - e a integração. Na primeira etapa, segundo a autora, temos a colocação dos bens de origem ilícita na economia formal como um modo de desvincular o agente criminoso de seus lucros ilegais. Aqui, normalmente, são realizados diversos tipos de transações com dinheiro em espécie, como é o caso de “operações simples de câmbio, compras de bens de alto valor (...), troca de notas de pequeno valor por notas de valores maiores, depósitos, aplicações ou remessas de valores para o exterior através de instituições bancárias” (SCHORSCHER, 2012, p. 23). No que concerne à segunda fase, ou seja, à dissimulação, a autora explica que diz respeito à camuflagem das operações efetuadas na etapa anterior, de maneira que é neste momento em que se faz uso de pessoas jurídicas e paraísos fiscais, por exemplo. Por fim, em relação à fase final denominada integração, os valores já com aparência legítima são inseridos na economia formal e no patrimônio dos agentes através de atividades lícitas.

Embora o modelo de lavagem de dinheiro apresentado por Schorscher seja utilizado por reguladores, agentes policiais e órgãos comerciais do setor financeiro para a sua identificação, Platt (2017) afirma se tratar de uma caracterização inapropriada da lavagem de capitais nos dias atuais por enquadrá-la de uma forma muito limitante. Embora seja um modelo corretamente aplicado aos casos de dinheiro em espécie, é inaplicável nas situações de crimes como subornos,

evasão fiscal, manipulação de mercados e crimes cibernéticos, já que nessas hipóteses a lavagem de capitais não visa ocultar dinheiro vivo. Com isso, temos que as transações bancárias ou de corretagem, ainda que não envolvam as etapas de colocação, dissimulação e integração, podem sim caracterizarem-se como lavagem de dinheiro, apesar de não serem devidamente identificadas como tal em virtude da expectativa criada pelas autoridades em torno do modelo de três fases.

Por esse motivo, Platt (2017) desenvolveu um novo modelo de lavagem de dinheiro intitulado “habilitação, distanciamento e disfarce”. O diferencial deste modelo, segundo o autor, é o reconhecimento de que as instituições financeiras podem ser exploradas em prol dos próprios criminosos ao auxiliá-los no processo de lavagem, desconectando-os do crime e do (s) bem (ns) adquirido (s) por meio dele ao abranger uma maior possibilidade de condutas que o antigo molde baseado nas ideias de colocação, dissimulação e integração. Isto porque o novo modelo pautado na habilitação, distanciamento e disfarce permite a verificação de produtos e serviços financeiros para a análise de sua suscetibilidade a exploração por criminosos, bem como possibilita a avaliação da justificativa dada por seus clientes para compras de determinados ativos financeiros em detrimento de outros, pois, ao perceber que determinado produto ou serviço financeiro possui uma maior vulnerabilidade para exploração criminosa, o sistema bancário se verá obrigado a ampliar seus métodos de defesa e a realizar uma análise mais diligente acerca da legitimidade do interesse do seu cliente em adquirir determinado produto ou serviço.

Dessa forma, acerca das técnicas de lavagem de dinheiro, Arellano (2012) indica os modos mais comuns de sua execução, iniciando a abordagem através da compra de ativos e instrumentos monetários. Aqui, o interesse do criminoso está em transformar o papel-moeda que possui em ativos financeiros legítimos que lhe confirmam a possibilidade de transações de recursos sem suspeitas. Estamos tratando, então, da aquisição de contas bancárias para depósitos, por exemplo, na medida em que por esse meio é possível ao criminoso o acesso ao sistema financeiro global, posto que com a tecnologia existente hoje nas instituições bancárias, através da internet, é possível transferir dinheiro a qualquer pessoa, em segundos, para qualquer lugar do planeta (PLATT, 2017), além da possibilidade de efetuar os mais variados tipos de compras e aquisições.

As contas bancárias também se associam com as contas correspondentes, que são contas mantidas por um banco para usufruto de outro. Essas contas são mais utilizadas por instituições bancárias estrangeiras para que possam transferir dinheiro, oferecer empréstimos e efetuar depósitos na moeda corrente de outros países, possibilitando, assim, ao criminoso a perspectiva

de transferir os seus recursos adquiridos ilicitamente entre países, mas com uma aparência de legalidade.

Além desses exemplos, temos também os empréstimos, que são muito vulneráveis para a exploração criminosa, haja vista que ao longo do tempo pode ser pago com dinheiro de origem ilegal, assim como pode ser utilizado em favor de um bem advindo de fonte ilícita como garantia para a antecipação de um empréstimo. Uma outra possibilidade de instrumento financeiro são as cartas de créditos, documentos emitidos por um banco garantindo a um fornecedor o pagamento por seus produtos. As cartas de crédito são muito utilizadas como meio de lavagem de dinheiro por serem baseadas em provas documentais que podem ser facilmente falsificadas, permitindo o superfaturamento (o aumento do preço dos produtos como forma de transferir fundos de origem ilícita sob a égide da operação); o subfaturamento (diminuição dos preços do produto para que se obtenha o valor ilícito com a proteção da carta de crédito); ou o embarque-fantasma (quando não há produto envolvido, mas apenas a falsificação documental de toda a operação, ainda obrigando o banco, entretanto, a transferir fundos em razão da carta de crédito) (PLATT, 2017).

Porém, ainda existem diversas outras técnicas, como é o caso da mescla (ou “*commingling*”<sup>1</sup>) e das empresas de fachada e fictícias, de acordo com Mendroni (2018). No primeiro procedimento, estamos diante da junção de recursos ilícitos com recursos lícitos provenientes de uma atividade legítima praticada por uma empresa, que, usualmente, é um bar, restaurante, fast-food, lojas de veículos, antiguidades ou casa de câmbio em razão da dificuldade para a realização do controle e verificação da sua contabilidade (MENDRONI, 2018).

Por outro lado, no que concerne às empresas fictícias e de fachada, o supracitado autor realiza uma diferenciação, qual seja: apesar de ambas existirem formal e legalmente, a empresa de fachada, no endereço indicado na Junta Comercial, possui um local de instalação, mas sem exercer de fato a atividade que se propõe ou, quando exerce, trata-se apenas de uma atuação simulada. Já a empresa fictícia, por outro lado, sequer possui imóvel no logradouro e no número indicados para registro pela Junta Comercial, de maneira que existe apenas documentalmente (MENDRONI, 2018).

---

<sup>1</sup> Não há tradução literal do termo “*commingling*” da língua inglesa para a portuguesa. Esse termo é considerado apenas uma outra nomenclatura para a técnica de lavagem de dinheiro conhecida aqui no Brasil enquanto mescla, ou seja, a junção de recursos ilícitos com os recursos lícitos decorrentes de uma atividade econômica legítima, conforme explicado no corpo do texto.

É importante salientar que, segundo Platt (2017), a atração dos criminosos pelas empresas como método para dissimulação da origem de seus bens é ainda maior quando a legislação do país no qual a empresa é registrada permite o sigilo dos proprietários, diretores e acionistas, além da possibilidade de que esses cargos sejam ocupados por outras pessoas jurídicas pertencentes a fornecedores de serviços empresariais. Assim, o proprietário de uma empresa pode estar nela representado através de uma pessoa jurídica pertencente a uma outra empresa cuja função consiste em oferecer serviços empresariais, ou seja, exercer as funções existentes empresarialmente. Com isso, temos a possibilidade de mais uma desconexão entre o criminoso e o seu bem, assegurando um nível ainda maior de sigilo quanto a sua relação com a empresa que possui com a finalidade de ocultar os seus recursos obtidos ilicitamente.

Uma outra técnica de lavagem de dinheiro, dessa vez explanada por Martins (2014), é o “*Smuggling*”<sup>2</sup>, também conhecido como contrabando de moeda, rompendo a ligação de valores e sua origem. Para tanto, ao chegar no país de destino, o criminoso buscará trocar a moeda contrabandeada por outra de maior peso globalmente, como o dólar e o euro, para realizar as suas transações. O autor (MARTINS, 2014) também menciona o método denominado “*Smurfing*”<sup>3</sup>, que fraciona uma operação de grande valor em diversas outras pequenas operações de quantificações monetárias menores a fim de não tornar a atividade suspeita. Aqui no Brasil, a realização dessa técnica tem como objetivo driblar a seguinte disposição do Banco Central, em sua Circular nº 3.461 de 2009:

Art. 13. As instituições de que trata o art. 1º devem comunicar ao Coaf, na forma determinada pelo Banco Central do Brasil:

I - as operações realizadas ou serviços prestados cujo valor seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) e que, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a existência de indícios dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998;

Esse método, vale salientar, ainda pode ser aperfeiçoado pela randomização (ARELLANO, 2012), que ao fragmentar a operação de grande quantia em pequenas operações, confere a estas diferentes valores entre si. Assim, exemplificativamente, a operação de grande

<sup>2</sup> Tradução: Contrabando. Esse termo nomeia a técnica de lavagem de capitais supracitada por ela ser, de fato, o ato de importar ou exportar moedas como forma de lavar o dinheiro do criminoso, na medida em que ao importar ou exportar clandestinamente, não haverá a necessidade de pagar impostos e/ou de declarar a origem da quantia, facilitando a desvinculação entre o criminoso e os recursos financeiros que obteve ilicitamente.

<sup>3</sup> Não há tradução literal do termo “*smurfing*” da língua inglesa para o português. Entretanto, no Brasil, essa mesma modalidade de lavagem de dinheiro descrita acima também pode ser denominada enquanto “*estruturação*”, de maneira que as fontes acerca do tema podem usufruir dessas duas nomenclaturas para indicar o fracionamento da operação de grande valor em diversas outras com pequenas quantias.

valor que corresponder a R\$100.000,00, com a randomização se dividiria em pequenas operações, mas com parcelas desiguais entre si.

Arellano (2012) também aborda a falsificação de faturas de exportação e importação como técnica de lavagem de dinheiro, método que se assemelha às cartas de crédito anteriormente citadas. Isto porque essa técnica diz respeito à realização de fraudes nessas faturas enquanto uma maneira de encaminhar recursos ilícitos ao exterior ou de recebê-los em território nacional, o que, mais uma vez, pode ocorrer através do superfaturamento ou subfaturamento.

É interessante ressaltar que Arellano (2012) faz uma importante observação acerca da possibilidade do Poder Judiciário também servir como um meio para a realização de lavagem de dinheiro. Segundo o autor, esse procedimento pode ocorrer através da simulação de um litígio entre as partes, de modo que a indenização envolvida como forma de condenação serve enquanto justificativa para enriquecimento da parte vencedora da ação.

Uma outra técnica para realização de lavagem de dinheiro é a compra e venda de bens. Nesta modalidade, o criminoso adquire determinado bem por um valor abaixo ao estabelecido no mercado, o que pode ser facilmente manipulado através da elaboração da escritura ou do contrato ou, até mesmo, por sua falsificação. Posteriormente, o bem é vendido por quantia na qual também se inclui o lucro do criminoso, conseguindo, por essa via, atribuir uma justificativa ao seu ganho que, na realidade, advém de origem ilícita. Sobre o valor adquirido através da venda do produto recai o imposto de renda a ser pago pelo criminoso, reforçando a aparência de legalidade dos seus recursos (ARELLANO, 2012).

Para finalizar essa análise acerca das técnicas de lavagem de dinheiro, vale destacar a atuação dos doleiros, que, de acordo com o Ministério Público Federal, tratam-se de figuras operadoras do mercado paralelo de câmbio. Esses negociadores, conforme explica Arellano (2012), destacam-se por atuarem imprescindivelmente em dois métodos de lavagem de capitais, quais sejam: a câmara de compensação paralela e a lavagem via dólar-cabo. O primeiro método, tal como o seu nome indica, implica na criação de uma câmara de compensação paralela, de acordo com a qual não há transferência de dinheiro física, mas apenas a compensação de valores entre os doleiros envolvidos e que estão em localidades diferentes, tendo como base a confiança mútua existente entre eles. Curiosamente, esse método se assemelha ao *hawala*, um sistema informal de transferência muito comum em países em que esse tipo de operação não possui outros meios para ser realizada, funcionando, segundo Platt (2017, p. 82 - 83):

graças à existência de dois corretores (*halawadares*), um no país de origem e outro no país de destino. A pessoa que envia os fundos entrega-os ao *hawaladar*, que, por sua vez, contata um companheiro *hawaladar* no país de destino. Eles combinam os detalhes e determinam um código, e então o destinatário procura o segundo *hawaladar*, que lhe dá a soma de dinheiro. O valor foi transferido, mas o dinheiro não atravessou fronteiras. De modo periódico, os dois *halawadares* compensam as duas contas com operações em direção oposta ou com transferências ocasionais de dinheiro.

Já o método denominado dólar-cabo, por sua vez, segundo ilustra Barros (2012), diz respeito a transferência de recursos entre as próprias contas pertencentes aos doleiros, direcionando o dinheiro para um paraíso fiscal, que são países nos quais a legislação assegura um grande sigilo para os titulares de contas bancárias, assim como oferece pequenas taxas de imposto. No paraíso fiscal, o recurso do criminoso permanece seguro até que ele deseje utilizá-los, tornando necessária a transferência via contas bancárias pertencentes aos doleiros novamente.

Insta salientar que as técnicas de lavagem de dinheiro supracitadas compõem apenas um rol exemplificativo, haja vista a impossibilidade de explicitar taxativamente os métodos utilizados pelos criminosos para lavar os seus capitais. Isto porque essas técnicas estão muito relacionadas com a capacidade criativa daqueles que almejam dissimular a origem de seus bens, estando, também, associada às possibilidades apresentadas pela tecnologia e globalização no mundo atual.

Sendo assim, temos que o *modus operandi* da lavagem de dinheiro varia conforme a sociedade e o perpassar do tempo, pois quanto mais conhecimento se possui acerca do sistema financeiro global, assim como quanto maior for a tecnologia disponibilizada para o criminoso, mais ele se torna capaz de aperfeiçoar os seus métodos de lavagem de capitais, sempre objetivando alcançar sucesso na finalização do crime principal através do qual ele adquire os seus bens, evitando a sua descoberta e beneficiando-se da sua execução por meio da conservação dos seus produtos. Nesse sentido, é importante lembrar que o aperfeiçoamento das técnicas de lavagem de capitais se torna ainda mais imprescindível para o criminoso alcançar os objetivos mencionados, na medida em que a própria fiscalização também se torna cada vez mais especialista em investigar os métodos já consolidados pelos criminosos, se capacitando em analisar os esquemas de corrupção existentes na sociedade e que são ocultados pela lavagem de dinheiro.

## 2.1 CORRUPÇÃO DE NATUREZA POLÍTICA NO BRASIL: A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS DESDOBRAMENTOS DA LAVAGEM DE CAPITAIS NO PETROLÃO COMO ILUSTRAÇÃO

A Operação Lava Jato foi iniciada em 2014 pelo Ministério Público Federal do Paraná, tendo como objetivo investigar quatro organizações criminosas, lideradas pelos doleiros Carlos Habib Chater, Alberto Youssef, Nelma Mitsue Penasso Kodama e Raul Henrique Srouf, responsáveis pela prática de lavagem de dinheiro e de crimes financeiros no mercado paralelo de câmbio no Paraná. É interessante mencionar que, segundo Cruz (2016), o início dessa investigação teve como lastro uma denúncia do Ministério Público Federal do Paraná referente à lavagem de dinheiro praticada pelos supracitados líderes e suas respectivas organizações criminosas em relação ao antigo deputado federal paranaense, José Janene, que utilizava os serviços dos doleiros para dissimular a origem dos recursos obtidos através do Mensalão<sup>4</sup>, outro esquema de corrupção de âmbito nacional que gerou a Ação Penal 470 já transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, a técnica de lavagem empreendida neste caso era por meio da Indústria Dunel, empresa da qual o ex-deputado federal era investidor, para dar aparência de legitimidade ao dinheiro através de simulações comerciais com outras duas empresas cujo capital para constituição também provinha de José Janene, sendo a engenharia contábil de todo esse processo responsabilidade do doleiro Alberto Youssef, tendo a participação de Carlos Habib Chater. Logo, a origem da Operação Lava Jato esteve, de certo modo, vinculada à fatos relacionados à outra Ação Penal acerca de outro grande esquema de corrupção de impacto nacional como foi o caso do Mensalão (CRUZ, 2016), já que o antigo deputado federal José Janene constituiu uma figura chave nos dois esquemas, tanto ao ser um dos beneficiários do Mensalão, como por ter dado origem ao Petrolão, utilizando Youssef como operador financeiro para dissimular os seus recursos ilicitamente adquiridos através dos dois esquemas.

Em meio a essas investigações, o Ministério Público do Paraná coletou provas acerca da existência de um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, empresa estatal petrolífera, motivo pelo qual a nomenclatura atribuída ao esquema foi Petrolão. Essa descoberta durante as investigações decorreu da constatação de uma “doação” de um Land Rover para o diretor de

---

<sup>4</sup> O esquema denominado Mensalão consistiu no pagamento de quantias mensais realizado pelo Poder Executivo Federal aos membros do Congresso Nacional para que os projetos de lei de seu interesse fossem aprovados entre os anos de 2002 e 2005.

Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, realizada por meio da mediação do doleiro Alberto Youssef, um dos investigados.

Este fato abriu margem para a suspeita de lavagem de dinheiro, ampliando a abrangência da Operação Lava Jato, que deixou de ter um âmbito de atuação local, focado em investigar “operações de lavagem de produto de crimes contra a Administração Pública e que teriam se consumado com a realização de investimentos industriais, com recursos criminosos, na cidade de Londrina/PR”<sup>5</sup> para possuir uma abrangência nacional, dada a vinculação existente do doleiro Alberto Youssef com empresas, funcionários públicos e políticos envolvidos no Petrolão, conforme podemos verificar a seguir:

A dimensão da Operação Lava Jato ganhou proporções nacionais, visto que inicialmente as investigações recaíam sobre práticas ilícitas de lavagem de dinheiro na cidade de Londrina, no qual havia “apenas” quatro grupos investigados. Entretanto, no decorrer das investigações o MPF descobriu que os investigados, principalmente o doleiro Youssef, tinham ligações com outros indivíduos, inclusive com agentes públicos e políticos para práticas de crimes na Petrobras e na administração pública (CRUZ, 2016, p. 45).

Essa descoberta decorreu da colaboração premiada de Paulo Roberto Costa ao revelar, segundo Chemin (2018), que a Petrobras, no que concerne às suas diretorias, estava loteada pelos principais partidos políticos que estavam no poder na época, quais sejam: o Partido Progressista (PP), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso, delatou, também, a existência de um cartel de empreiteiras que fraudavam as licitações da Petrobras através de acordos entre si e de pagamento de propina para os diretores da empresa, partidos e políticos responsáveis por manter esses gestores em suas funções.

Dessa forma, em sua análise sobre o desvio de verbas da Petrobras, o Ministério Público Federal assim explicou o esquema Petrolão: as diretorias de Abastecimento, Serviços e Internacional estavam, respectivamente, loteadas pelo Partido Progressista, Partido dos Trabalhadores e Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de maneira que esses partidos eram os responsáveis por indicar e manter cada um dos diretores em suas respectivas funções de acordo com o seu loteamento competente. Sendo assim, Paulo Roberto Costa recebeu

---

<sup>5</sup> PARANÁ. Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba. Ap. 5083258-29.2014.404.7000/PR, Juiz: Sérgio Fernando Moro, 2014. Disponível em: <[https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta\\_processual\\_resultado\\_pesquisa&txtPalavraGerada=Avyw&hdnRefId=eb7a95309a13b5475156dca346866842&selForma=NU&txtValor=50832582920144047000&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&codigoparte=&txtChave=&paginaSubmeteuPesquisa=letras](https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtPalavraGerada=Avyw&hdnRefId=eb7a95309a13b5475156dca346866842&selForma=NU&txtValor=50832582920144047000&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&codigoparte=&txtChave=&paginaSubmeteuPesquisa=letras)>. Acesso em: 15 mai. 2019.



indicação do Partido Progressista, Renato Duque foi indicado pelo Partido dos Trabalhadores e Nestor Cerveró pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

De acordo com Cruz (2016), essa nomeação de diretores pelos partidos políticos objetivava abranger o poder dos agentes políticos, já que a atuação das diretorias era também uma forma de os representar nas negociações com as empreiteiras. Isto porque essas empresas se uniram, constituindo uma espécie de “clube” para manipular os processos licitatórios da Petrobras, cabendo aos funcionários de alto escalão da empresa facilitar as fraudes cometidas, se omitindo quanto à formação do cartel, favorecendo as empresas envolvidas e restringindo a participação de outras.

Dessa maneira, os diretores reuniam-se secretamente com os representantes de cada empreiteira a fim de definir qual delas ganharia determinado contrato, superfaturando o seu preço para proporcionar benefícios particulares aos envolvidos no esquema. Por ser o diretor de Abastecimento, era atribuição de Paulo Roberto Costa “determinar quais eram as condições e especificações necessárias para concluir determinada obra antes da publicação do edital de licitação, assim, poderia manejar qual empresa do “Clube” iria vencer as licitações” (CRUZ, 2016, p. 49). Para tanto, o ex-diretor recebia enormes quantias como propina paga pelas empreiteiras, que eram lavadas por Alberto Youssef através da simulação de operação entre empresas, de modo que o recurso ilícito era obtido sob a face de prestação de serviços. De acordo com o Ministério Público, o valor da propina variava entre 1% a 5% do montante dos contratos superfaturados firmados entre a Petrobras e a empreiteira do cartel escolhida para realizar a obra da petrolífera. Quanto à distribuição desses recursos ilícitos, conforme Cruz (2016, p. 53), temos:

[...] dentro deste esquema parte do dinheiro arrecadado como propina também serviria para o financiamento de partidos políticos, bem como, averiguou-se que agentes políticos que participavam ativamente no funcionamento do esquema. Os agentes políticos indicavam quem seria indicado para determinada diretoria da Petrobras para que, posteriormente, o indicado “ajudasse” na articulação dos interesses do partido. Desse modo, os agentes políticos recebiam sistematicamente propina repassada pelas empresas do “Clube”.

Nota-se pela leitura dos processos que envolvem toda a Operação Lava Jato que de fato – considerando os processos já sentenciados, provas colhidas e homologadas pelo Supremo Tribunal Federal e Justiça Federal da 4ª Região, além da confissão de dezenas de partícipes do esquema – existiu um conluio entre as empresas do “Clube”, diretores e funcionários da Petrobras e operadores de lavagem de dinheiro para receber vantagens indevidas por meio de licitações fraudulentas

Acerca da atuação dos doleiros, embora muito se tenha citado Alberto Youssef e o seu método de lavagem de dinheiro por meio de empresas, ele não era o único operador financeiro

envolvido no Petrolão nem, tampouco, aquela era a única técnica de dissimulação utilizada. Como dito anteriormente, as diretorias da Petrobras estavam loteadas pelos principais partidos que constituíam a base governamental da época, havendo toda uma formação para captação dos recursos ilícitos. Sendo assim, enquanto a diretoria de Abastecimento estava ocupada por Paulo Roberto Costa como representante do Partido Progressista, tendo como operador financeiro Alberto Youssef para dissimular os recursos, na diretoria de Serviços conduzida por Renato Duque, como supracitado, tinha-se o operador financeiro João Vaccari para lavar capitais em favor do Partido dos Trabalhadores. Já na diretoria Internacional, dirigida por Nestor Cerveró, conforme menção anterior, estava o doleiro Fernando Baiano com a atribuição de lavar a propina adquirida em prol do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Essas três formações atuavam de maneira similar, de acordo com a qual, segundo o Ministério Público, os operadores financeiros tinham a função de não apenas intermediar o pagamento da propina, mas, principalmente, de entregá-la disfarçada de dinheiro legítimo aos diretores e partidos políticos, recebendo, para tanto, um determinado percentual do recurso ilícito para si. O esquema, então, ocorria do seguinte modo: a propina paga pelas empreiteiras era recebida pelos doleiros através do próprio dinheiro em espécie, de movimentação no exterior ou de contratos simulados com empresas de fachada, como Alberto Youssef gerenciava conforme já vimos anteriormente. Num segundo momento, a propina já dissimulada pelos operadores financeiros era entregue ao beneficiário em espécie, por transferência no exterior ou por meio de pagamento de bens, tal como ocorreu com o veículo Land Rover “doador” por Alberto Youssef a Paulo Roberto Costa. Sobre esse processo de lavagem, acrescenta Costa (2018, p. 86):

A participação dos agentes financeiros no auxílio à lavagem de dinheiro evidencia o caráter transnacional de crimes apurados ao longo da Operação, uma vez que o dinheiro obtido por meio ilícito era necessariamente remetido a outros países com o intuito de lavar os valores (simular a origem da licitude) para que posteriormente o dinheiro retornasse ao país de origem como se legal fosse.

A transnacionalidade dos produtos dos crimes praticados ao longo do Petrolão através da implementação da lavagem de dinheiro é consolidada por meio da descoberta, pelo Ministério Público da Suíça, da existência de 23 milhões de dólares distribuídos em contas de empresas *offshore*, administradas por Paulo Roberto Costa e seus familiares, culminando em provas de que este dinheiro era produto da corrupção em torno dos contratos da empresa petrolífera (ALVARES, 2018). A criação de empresas *offshore* de fachada para abertura de contas-correntes em bancos localizados fora do Brasil, inclusive, constituiu o método mais

utilizado pelos envolvidos investigados pela Operação Lava Jato, segundo Chemin (2018). Nesse sentido, a Suíça foi o país cujas instituições bancárias foram as mais procuradas para a criação dessas contas. Essa preferência é motivada pela própria cultura deste país em prezar pelo sigilo bancário, o que é reforçado pela legislação nacional suíça, como é o caso da lei federal nº 8 de 1934, que permitiu aos bancos suíços o gerenciamento de contas secretas, nas quais não há referência ao seu titular para identificação, mas apenas a uma sequência numérica (CHEMIN, 2018).

Contudo, esse modelo suíço de sigilo bancário tem mudado ao longo dos anos em razão da criação, em 2009, do Fórum Global para a Transparência e Troca de Informações Tributárias pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem entre os seus participantes o Brasil e a Suíça. Isto, inclusive, justifica a cooperação fornecida pelo Ministério Público Suíço às investigações da Operação Lava Jato, o que proporcionou a descoberta de 300 contas bancárias relacionadas aos envolvidos no esquema Petrolão e que estavam distribuídas em 30 bancos suíços. Como exemplo sobre essa questão, além das contas relacionadas a Paulo Roberto Costa, temos que a Odebrecht, uma das empreiteiras integrantes do cartel que fraudava os processos licitatórios da Petrobras, utilizava contas na Suíça para realizar pagamentos ilícitos a outros ex-diretores da empresa, como Nestor Cerveró e Renato Duque (CHEMIN, 2018).

Todavia, a colaboração dos bancos suíços para a lavagem de dinheiro dos acusados da Lava Jato não se restringiu apenas a criação de contas-correntes para empresas *offshore* de fachada, pois, com a eclosão pública da investigação jornalística “*The Panama Papers*”<sup>6</sup>, muito se descobriu acerca da lavagem de dinheiro através deste tipo de empresa. Isto porque nessa cobertura jornalística, de acordo com Chemin (2018), revelou-se que muitas instituições bancárias localizadas em países como Suíça, Luxemburgo, Principado de Mônaco e Ilhas Jersey solicitavam ao escritório de advocacia Mossack Fonseca, localizado no Panamá, a abertura de *offshores* para os seus clientes. Com isso, foram criadas cerca de 15.600 empresas, dentre as quais 107 atendiam as demandas de dissimulação de capitais de 57 investigados na Operação Lava Jato.

Percebemos, então, a enorme responsabilidade das instituições financeiras sobre a lavagem de dinheiro ilícito advindo de corrupção, na medida em que os bancos possuem o poder

---

<sup>6</sup> Conforme Chemin (2018, p. 116), os resultados da investigação jornalística “*The Panama Papers*” se tornaram públicos no dia 03 de abril de 2016. Todas as informações quanto a essa perquirição podem ser acessadas por meio do site do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, organização responsável pela coordenação da investigação, sendo o seu endereço eletrônico: <<https://www.icij.org/investigations/panama-papers/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

de auxiliar esse processo, da mesma forma que, diametralmente, são igualmente capazes de detectar e impedir transferências que possam dizer respeito ao pagamento da propina, negando o acesso dos corruptos às estruturas bancárias que lhes permitam o usufruto das verbas de origem ilícita (PLATT, 2017). Para tanto, é necessário que os bancos disponham e implantem em suas dependências métodos capazes de investigar os seus clientes, avaliando-os quanto aos potenciais riscos de corrupção que possam representar para que ativem procedimentos de diligência a fim de verificar a origem do dinheiro a ser transacionado através da instituição (PLATT, 2017). Aqui, então, recaímos, mais uma vez, na necessidade de utilização de um modelo de análise da lavagem de dinheiro que seja mais amplo que o antigo padrão pautado nas ideias de colocação, dissimulação e integração, conforme discutimos na parte inicial deste capítulo.

Realizadas essas explanações acerca do *modus operandi* da lavagem de dinheiro no caso do Petrolão, que fora investigado pela Operação Lava Jato, é interessante observar que nesse esquema estão envolvidas diversas técnicas de lavagem de capitais que foram mencionadas no início deste capítulo, como a utilização de empresas de fachada, a compra de bens e aquisições de contas bancárias no exterior, além dos métodos empreendidos por doleiros. Com isso, resta nítido que no Petrolão existia todo um complexo gerenciamento contábil de lavagem de valores a fim de ocultar a prática de diversos delitos:

[...] haveria indícios de crimes de formação de cartel (art. 4º da Lei nº 8.137/1990), frustração à licitação (art. 90 da Lei nº 8.666/1993), lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/1998), corrupção ativa e passiva (arts. 317 e 333 do CP), evasão fraudulenta de divisas, já que parte dos valores lavados foi remetida fraudulentamente ao exterior (art. 22 da Lei nº 7.492/1986), uso de documento falso, já que as empreiteiras apresentaram documentos falsos ao MPF ou ao Juízo (arts. 299 e 304 do CP) e até sonegação de tributos federais, já que as empresas teriam contabilizado fraudulentamente despesas com prestação de serviços inexistentes para viabilizar a lavagem e a corrupção (art. 1º da Lei nº 8.137/1990).<sup>7</sup>

Percebe-se, então, que a lavagem de dinheiro se torna uma prática necessária em meio aos planejamentos de corrupção, haja vista a sua capacidade de atribuir uma aparência lícita ao dinheiro adquirido ilegalmente, facilitando e garantindo o seu usufruto pelos agentes corruptos do nosso Poder Público. Isto porque, a partir do Petrolão como exemplo, percebemos que a

---

<sup>7</sup> PARANÁ. Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba, Ap. 5083258-29.2014.404.7000/PR, Juiz: Sérgio Fernando Moro, 2014. Disponível em: <[https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta\\_processual\\_resultado\\_pesquisa&txtPalavraGerada=Avyw&hdnRefId=eb7a95309a13b5475156dca346866842&selForma=NU&txtValor=50832582920144047000&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&codigoparte=&txtChave=&paginaSubmeteuPesquisa=letras](https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtPalavraGerada=Avyw&hdnRefId=eb7a95309a13b5475156dca346866842&selForma=NU&txtValor=50832582920144047000&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&codigoparte=&txtChave=&paginaSubmeteuPesquisa=letras)>. Acesso em: 15 mai. 2019.

lavagem de capitais, ao não permitir a visibilidade dos crimes cometidos pelo esquema na Petrobras, auxiliava os agentes envolvidos a transformarem os seus interesses privados em interesses institucionais, aparentando legitimidade na contratação das empreiteiras e na execução de grandes obras públicas, ocultando, dessa forma, a existência dos interesses particulares em torno das negociações concernentes às licitações da petrolífera.

Por isso, embora não tenha sido o único esquema de corrupção que assolou a Administração Pública nacional, o Petrolão definitivamente representa o ápice da corrupção institucionalizada em nosso país, inclusive por ter dado margem para a descoberta, por meio das investigações da Operação Lava Jato, de outros esquemas que se institucionalizaram em outras estatais brasileiras, como é o caso da Transpetro, Eletrobras e Eletronuclear, além de casos envolvendo os ministérios de Planejamento e Saúde (CHEMIN, 2018). Assim, a Operação Lava Jato, como indica Alvares (2018, p. 33), “tornou-se um símbolo de combate à corrupção, levando para a cadeia pessoas de alto poder econômico e político e funcionando como base para a realização de diversas outras operações no Brasil”.

Dessa forma, a partir da compreensão do *modus operandi* da lavagem de dinheiro na organização do Petrolão, bem como da sua vinculação existente com o Mensalão, conforme mencionado anteriormente, que permitiu o início das investigações que levaram à sua descoberta, resta claro o alto grau de refinamento alcançado pela corrupção política brasileira. Afinal, a origem de todo esse esquema implantado na Petrobras está pautada no interesse político-partidário de engrandecer o seu poder através da captação de recursos para a ampliação do seu financiamento, fazendo uso dos funcionários de alto escalão da petrolífera como peças-chaves para obtenção de propina e, também, da sede por lucratividade das grandes empreiteiras a seu favor.

Assim, percebemos que as condutas dos agentes políticos estatais ocasionaram profundas fraturas ético-morais na administração pública brasileira por ainda existir enraizada em nosso Poder Público “a concepção de que a coisa pública é coisa de ninguém e que sua única utilidade é satisfazer os interesses da classe que ascendeu ao poder” (GARCIA, 2011, p. 2). Isto, inclusive, é refletido no processo legislativo nacional, que aprova leis e diplomas legais capazes de beneficiar os próprios parlamentares, além de grupos sociais específicos, que são beneficiados por serem detentores de grande parte do capital nacional e, assim, terem o poder necessário para financiar os nossos agentes políticos de acordo com seus interesses. Por outro lado, em virtude dessa corrupção institucionalizada, tem-se um menor investimento para execução de políticas públicas, o que atinge a efetivação dos direitos sociais, já que “quanto maiores os índices de corrupção, menores serão as políticas públicas de implementação dos

direitos sociais” (GARCIA, 2011, p. 11), temas estes a serem discutidos ao longo dos próximos capítulos.

### **3 AS FALHAS NA LEGISLAÇÃO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL BRASILEIRAS QUE DIFICULTAM O COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO**

A partir do capítulo anterior deste trabalho, podemos inferir que as investigações da Operação Lava Jato descobriram diversos esquemas de corrupção institucionalizados em importantes empresas estatais, destacando-se, dentre eles, o Petrolão, caso que ilustra este estudo, em razão da importância da Petrobras para o Brasil, assim como em virtude dos envolvidos no esquema e do seu alto grau de organização. Isto porque no Petrolão houve a articulação de uma série de agentes sociais cuja relevância é nacional, sendo eles: empresários das maiores empreiteiras do país, funcionários de alto escalão da petrolífera, políticos e, consequentemente, os partidos políticos que constituíam a base governamental da época.

Foi possível perceber, então, que Operação Lava Jato trouxe à tona as profundas fraturas ético-morais existentes na administração pública brasileira e que, por muito tempo, foram ocultadas pelas técnicas de lavagem de dinheiro praticadas pelos envolvidos, que não apenas dissimularam os frutos advindos de origem criminosa, como mascaravam, igualmente, os próprios crimes cometidos em meio aos processos licitatórios da Petrobras. É relevante salientar, porém, que embora os esquemas de corrupção de natureza política descobertos pela Operação Lava Jato não tenham sido os únicos que assolaram o país ao longo de sua história, o que causa perplexidade social é a perpetuidade da corrupção na administração pública nacional e o seu, cada vez maior, nível de refinamento. Sobre isso, Barroso (2018, p. 3) traduz o atual cenário social no que tange este tema do seguinte modo:

3. Desde a segunda metade dos anos 2000, o país vem sendo sacudido por um conjunto de revelações acerca da corrupção, tendo como marcos dois escândalos que tiveram grande visibilidade:

a) o Mensalão, que consistiu na descoberta de que o governo pagava valores mensais aos membros do Congresso para que votassem favoravelmente em projetos de lei de seu interesse. O dinheiro era “tomado” de empresas que tinham contratos com o governo; e

b) o Petrolão, que consistiu na descoberta de que as principais diretorias da Petrobras haviam sido divididas entre diversos partidos políticos, que cobravam propina de 1 a 3% de todos os contratos relevantes celebrados pela empresa, e os repassava aos partidos e a políticos, ficando uma parte com os próprios diretores.

3. Progressivamente, passaram a vir à tona outros esquemas de corrupção, que incluíram:

a) cobrança de propinas e exigência de doações eleitorais por parte das empresas beneficiárias de empréstimos concedidos por bancos públicos de fomento;

b) cobrança de propinas para aprovação de leis que concediam benefícios fiscais e outras vantagens para empresas privadas;

c) achques a pessoas e a empresas para não serem convocadas ou indiciadas em comissões de investigação no Congresso; e

d) propinas pagas aos dirigentes de fundos de pensão de empresas estatais para fazerem investimentos contrários aos interesses de seus membros, comprometendo a solvabilidade de tais fundos.

4. Esses são apenas alguns exemplos. Subitamente, a sociedade, a imprensa e os formadores de opinião em geral se deram conta de que o país se encontrava imerso em uma corrupção estrutural e sistêmica. Que já vinha de longe. De repente, todos se surpreenderam com o que já sabiam.

Diante desse contexto, começamos a refletir e analisar os fatores que podem nos ter feito atingir esse patamar de corrupção institucionalizada, percebendo que se trata de uma grave problemática estrutural sociojurídica em nosso país, que permite aos executivos e políticos pátrios o gozo de uma impunidade em relação aos seus atos. Com isso, temos um favorecimento à corrupção e, assim, à realização da lavagem de dinheiro para mascarar a origem dos ganhos obtidos através do desvio de verbas dos cofres públicos.

Para tanto, devemos iniciar essa análise a partir da compreensão sociológica acerca da macrodelinquência econômica, que diz respeito aos crimes econômicos dentre os quais a lavagem de dinheiro está inserida (GOMES, 2011). Nesse âmbito, Sutherland<sup>8</sup> (1940) demonstrou, com base na sua teoria da associação diferencial, que a inserção de um sujeito em meio a criminalidade decorre de um processo de aprendizagem, de maneira que a delinquência não pode ser imputada unicamente às classes sociais mais baixas. Isto porque, a partir do seu estudo sobre os delitos cometidos por 70 empresas, o autor concluiu que, na sociedade, existe a criminalidade negocial. Nessa modalidade criminosa, temos pessoas socialmente privilegiadas, pertencentes a qualquer profissão de caráter negocial, como na área de finanças e até mesmo na medicina, atuando enquanto os próprios delinquentes por possuírem como característica o gozo de uma impunidade lastreada pelo próprio Estado.

---

<sup>8</sup> Segundo França (2014), Edwin Hardin Sutherland foi um importante sociólogo estadunidense, que possui doutorado em História e em Sociologia, tornando-se Ph.D na área sociológica pela Universidade de Chicago, período no qual desenvolveu importantes estudos sob a forte influência da Escola de Chicago. Ao se estabelecer, em 1935, enquanto chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Indiana, iniciou a pesquisa que resultaria em sua maior obra intitulada *“White collar crime”*, cuja tradução literal corresponde a “crime de colarinho branco”, que surgiu a partir da conferência que apresentou no trigésimo quarto encontro da *America Sociological Society* em associação com a quinquagésima segunda reunião da *America Economic Association*, evento ocorrido na cidade de Filadélfia nos Estados Unidos. Nessa obra, Sutherland anunciou que a essência de seu trabalho buscava integrar a Sociologia e a Economia, já que a primeira área de estudo estava familiarizada com a análise criminal de modo geral, embora não a vinculasse ao elemento negocial, enquanto, por outro lado, a Economia estudava as técnicas negociais apesar de não analisá-las a partir do prisma criminal. Com isso, o maior objetivo de sua grande obra era demonstrar a invalidade dos estudos convencionais sobre o crime por eles advirem de amostras viciadas, na medida em que as informações obtidas pelas agências do sistema criminal não consideravam a conduta delincente praticada em meio às classes sociais mais abastadas, negligenciando, portanto, os crimes praticados pelos sujeitos profissionais e de negócios. Dessa forma, por não considerarem a totalidade da população criminosa, as estatísticas fornecidas pelas agências do sistema criminal direcionavam os criminólogos a concluir que o crime decorria apenas das classes sociais mais baixas em razão de fatores associados à pobreza. Logo, a obra *“White collar crime”* revelava que os estudos criminológicos da época estavam pautados em um equívoco científico (FRANÇA, 2014).



Com essa sua nova concepção, Sutherland foi de encontro às teorias dos criminólogos de sua época, que tratavam da existência da criminalidade como uma problemática exclusiva das classes sociais consideradas socialmente inferiores por associá-la à elementos compreendidos enquanto intrínsecos à pobreza, como a debilidade mental, o desvio psicopata, a deterioração familiar, entre outros elementos (FRANÇA, 2014). Contudo, é interessante perceber que essa concepção criminológica do século passado não se fazia presente apenas nos Estados Unidos, local do debate acadêmico travado por Sutherland a partir de sua nova concepção sociológica em detrimento da teoria geral defendida pelos criminólogos.

O Brasil, por exemplo, teve a sua sociedade desenvolvida com base no patrimonialismo, que confunde entre si o que é público e o que é privado, de modo que os agentes integrantes da administração pública nacional sempre se caracterizaram por gerir o estado em prol dos seus próprios interesses e não do interesse geral da população, segundo explana Bechara e Fuziger (2012). Esta, inclusive, é a razão que fez Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 147) desenvolver o conceito do “homem cordial” como característica dos brasileiros quando diz: “armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante ao social”, expondo, portanto, que em nossa sociedade há uma prevalência dos interesses particulares sobre os gerais.

Este é um fenômeno facilmente perceptível através do Código Penal brasileiro de 1940 e do nosso Código de Processo Penal de 1941, ambos promulgados por Getúlio Vargas, estando baseados no Codice Rocco italiano de 1930 elaborado durante o governo de Mussolini, conforme leciona Chemin (2018). Isto porque considerando o perfil ditatorial do governo Vargas, era interessante que a legislação material e processual penal pátria facilitasse o seu agir através da legitimação de seus atos, de maneira que os alvos do Código Penal e do Código de Processo Penal brasileiros eram as classes economicamente desfavorecidas, além dos possíveis inimigos políticos existentes.

Com isso, esses diplomas legais forneceram uma espécie de imunização para aqueles que detém o poder social no que versa o alcance do poder punitivo estatal, havendo, portanto, uma aplicação diferenciada das regras do direito material e processual penal brasileiro entre as diversas classes sociais nacionais. Há, portanto, de acordo com Luigi Ferrajoli (2018), uma aplicação desigual do direito penal entre os crimes de rua, como furto, roubo e estupro, e os crimes de colarinho branco, como corrupção, fraudes e peculatos, que o autor denomina como “duplo binário da política criminal italiana”, mas que, dada a inspiração obtida pelo Código Penal e, igualmente, pelo Código de Processo Penal brasileiro em relação ao Codice Rocco de 1930 da Itália, também é um fenômeno verificado no Brasil em virtude dos diferentes perfis socioeconômicos dos indivíduos que praticam cada uma dessas espécies criminosas.

Percebemos, então, que a seletividade penal criminológica se refletia para além dos Estados Unidos, ditando, inclusive, a elaboração de diplomas legislativos de outras nações.

Todavia, engana-se quem crê que essa seletividade está no passado. No Brasil, por exemplo, o Código Penal de 1940 e o Código de Processo Penal de 1941, já supracitados, permanecem em vigor, de maneira que as influências sob as quais foram elaborados ainda imperam em nosso território. Sendo assim, Gomes (2011) indica, como fator para a impunidade no que concerne os crimes econômicos no Brasil, a imagem favorável do agente criminoso perante a sociedade na qual está inserido, na medida em que possui prestígio, honorabilidade e influência, não pertencendo, desse modo, ao perfil que a punibilidade penal do nosso estado visa alcançar ainda nos dias atuais.

Essa imagem relaciona-se, também, com as técnicas apreendidas por esses sujeitos para neutralizar ou justificar a ação delituosa cometida, seja se isentando da responsabilidade quanto ao crime praticado, seja desqualificando os órgãos investigadores e julgadores ou, até mesmo, respaldando-se sempre no baixo nível ético que vigora no cenário dos negócios como forma de negar a sua ilicitude ou, simplesmente, relativizar a gravidade do crime, a fim de influenciar os órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização, assim como a opinião social.

Esse baixo nível ético vigente nos negócios empresariais como forma de relativização da atitude delituosa, inclusive, pode ser facilmente verificado no caso do Petrolão, na medida em que as empreiteiras envolvidas, caso quisessem competir por um contrato da Petrobrás, deveriam cumprir com as “regras do jogo”. Caso contrário, seriam postas à margem do mercado de construção de obras daquela empresa. É o que podemos inferir a partir do depoimento de Júlio Camargo, representante da Camargo Corrêa, uma das empreiteiras participantes do cartel integrante do esquema para fraudes dos processos licitatórios da petrolífera:

Juiz Federal:-Era uma praxe o pagamento de propina a esses diretores?

Júlio:-Era a regra do jogo.

Juiz Federal:-Mas o senhor tem conhecimento se outras empresas também pagavam?

Júlio:-Eu diria para o senhor que era a regra do jogo. Até li o depoimento do doutor Barusco. Ele disse que era uma coisa endêmica e institucionalizada.

Juiz Federal:-É. Mas, pelo que o senhor sabia na época, o senhor tem conhecimento se outras empresas também pagavam?

Júlio:-Eu acredito que pagavam. Eram coisas que a gente não comentava um com o outro, porque evidentemente eram segredos de cada empresa.

Juiz Federal:-O senhor encarava esses pagamentos com naturalidade?

Júlio:-Sim, era a regra do jogo. Se eu quisesse ter sucesso, e a minha atividade era obter sucesso aos os meus clientes, era obrigatório o pagamento das propinas.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> PARANÁ. Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba. Ap. 5083360-51.2014.404.7000/PR, Juiz: Sérgio Fernando Moro, 2014. Disponível em: <[https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta\\_processual\\_resultado\\_pesquisa&txtPalavraGerada=ubsd&hdnRefId=1efb4d31d6c961e0346952600fcf3e98&selForma=NU&txtValor=5083360-](https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtPalavraGerada=ubsd&hdnRefId=1efb4d31d6c961e0346952600fcf3e98&selForma=NU&txtValor=5083360-)>

Resta nítido, então, que para vencer essa seletividade penal para que a punibilidade do estado alcance os macrodelinquentes econômicos, é imprescindível que haja uma reforma no sistema penal nacional a fim de proporcionar um desvalor da classe social de origem do autor do crime para que o sentimento de impunidade gozado por esse sujeito tenha fim, fazendo com que haja uma verdadeira conscientização de que todos, e efetivamente todos, podem ser devidamente julgados e punidos por seus atos contrários à lei. Isto porque, de acordo com Gomes (2011, p. 640):

Na aplicação seletiva do direito *a classe social do acusado e do acusador é um dado fundamental*, até porque os *delinquentes do colarinho branco* vêm de círculos do poder social e político que consideram que a lei só vai em paralelo a eles e que nunca lhes vai encontrar. Diante de uma eventual denúncia reagem indignados com acusações penais por difamação, que às vezes interpõem contra o ousado acusador. Resulta-lhes inconcebível não só serem condenados senão o fato mesmo de serem processados. Porque sempre acreditam que os tribunais existem para julgar os *outros*. E tudo isso vale tanto para os colarinhos brancos capitalistas como socialistas.

Diante de todo este cenário de uma ineficácia do sistema material e processual penal brasileiro para assegurar a efetivação da punibilidade estatal no que tange a macrodelinquência econômica, temos um outro fator que colabora para a perpetuação dessa impunidade seletiva e, consequentemente, continuidade dos crimes econômicos: a ausência de uma postura política que objetive prevenir, controlar e punir este tipo de modalidade criminosa.

Percebemos, então, que uma efetiva mudança no sistema penal é dificultosa, haja vista que a manutenção da desigualdade existente no atual modelo organizacional de sociedade é interessante para aqueles que se encontram em posição de privilégio social. Afinal, a legitimação da desigualdade coloca em primeiro plano para o Poder Público a resolução de problemáticas penais consideradas típicas de classes sociais baixas, enquanto negligencia questões graves que também afligem as camadas mais altas da sociedade. Assim, no que concerne os mecanismos de criminalização em voga atualmente no Brasil, dispõe Baratta (2002, p. 165):

Quando se dirigem a comportamentos típicos dos indivíduos pertencentes às classes subalternas, e que contradizem às relações de produção e de distribuição capitalistas, forma uma rede muito fina, enquanto a rede é frequentemente muito larga quando os tipos legais tem por objeto a criminalidade econômica e outras formas de criminalidade típicas dos indivíduos pertencentes às classes no poder

Logo, enquanto nos Códigos Penal e Processual Penal brasileiros há lastro para o enquadramento criminal de delitos de rua (roubo, estupro, furto) sem grandes objeções, há, por outro lado, uma maior dificuldade para a aplicação da punitividade penal no que tange a criminalidade econômica (lavagem de dinheiro, fraudes, peculatos), cometida, normalmente, por sujeitos privilegiados socialmente, como já explanado anteriormente. O “porém” deste fato, entretanto, está na ausência de interesse político em alterar esse cenário atual, na medida em que as pessoas com o poder de romper com essa seletividade são as mesmas que se beneficiam com ela, motivo pelo qual, muitas vezes, permanecem legitimando a desigualdade social, que tanto lhes é interessante. Afinal, de acordo com Guimarães e Rego (2011, p. 466), a conservação desse modelo de organização social vigente em nosso país na atualidade garante uma:

maior probabilidade entre aqueles que se concentram nos níveis mais baixos da escala social de serem selecionados para fazer parte da “população criminosa”. Isto decorre, precipuamente, das posições que estas pessoas ocupam no mercado de trabalho (desocupação, sub-ocupação e (des)qualificação profissional, conforme se observará a seguir) e dos defeitos de socialização familiar e escolar iminentes aos indivíduos pertencentes a níveis sociais mais baixos.

Dessa forma, percebe-se, nitidamente, que há uma ineficiência estrutural do estado no que concerne o combate das práticas corruptivas nas instituições políticas do nosso país (SILVA, 2015). A partir disso, concluem os supracitados autores (GUIMARÃES e REGO, 2011, p. 472):

O Direito Penal presta imprescindíveis serviços às elites dirigentes, haja vista que, entre outras coisas, dissimula a incompetência na gestão do aparelho estatal, assim como oculta os delitos que são intrínsecos às estruturas de dominação e poder, delitos estes que trazem em si uma lesividade imanente jamais superável pelos delitos que são alcançados e, precariamente, combatidos pelo sistema penal.

### 3.1 LAVAGEM DE DINHEIRO: A LEI 9.613/1998 COM ALTERAÇÕES DA LEI 12.683/2012

O ser humano é mutável e, conseqüentemente, a sociedade que integra. Ao longo do tempo, valores sociais se transformam, novas tecnologias surgem, crimes são aperfeiçoados e, do mesmo modo, novas práticas criminosas surgem no meio social. Todo esse cenário gera reflexos no Direito Penal, obrigando-o a expandir-se e a adequar-se ao contexto da sociedade que pretende regular. Com isso, temos, então, a criação de novos tipos penais, agravamento ou

amenização de penas já existentes e reinterpretação de entendimentos doutrinários e jurisprudenciais como forma de moldar o direito existente aos novos parâmetros sociais que surgem com o perpassar do tempo. Isto porque, segundo Neves (2011, p. 728):

O direito penal contemporâneo está, segundo alguns doutrinadores, em forte migração de seus conteúdos valorativos, próprios da época do Iluminismo, para uma tecnologia de ordem social. Trata-se do que Hassemer chamou de “dialética da modernidade”. Está, pois, em construção um direito penal inspirado nas modernas teorias sociológicas, orientadas segundo um modelo globalizante, que tem se refletido conforme a perspectiva do que se fala, de forma recente, em um “direito penal do risco”.

É nessa circunstância, portanto, que surge a legislação penal especial ou extravagante, ou seja, leis que não estão incluídas no Código Penal ou Processual Penal brasileiro, mas que possuem a finalidade de regular de forma mais concentrada e específica determinada disposição ou moldar o direito material ou processual penal conforme a realidade sociotemporal que pertencem, realizando um processo de atualização do sistema penal em vigor. Afinal, de acordo com a supracitada autora (NEVES, 2011, p. 730):

A globalização econômica, característica da sociedade contemporânea, resultado da intercomunicação entre os povos de diversos países, produz efeitos jurídico-penais, típicos das sociedades pós-industriais, que já ameaçam os estritos modelos conceituais da teoria do delito, bem como o constituído pelas garantias materiais e formais do direito penal tradicional (...) Nesse passo, o novo direito penal que se anuncia acentuará as tendências que já se fazem sentir nas legislações específicas contra os crimes econômicos, organizados, a corrupção e o meio ambiente.

Este é o caso da lei 9.613/1998, alterada pela lei 12.683/2012, em relação à legislação codificada penal e processual penal brasileira, na medida em que dispõe, de maneira específica, sobre o crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, não tipificado em nossos códigos. Essa lei advém de um processo iniciado na década de 1980 em que novas tipificações penais começaram a ser debatidas mundialmente. Assim, uma nova visão acerca da corrupção começou a emergir como uma forma de mudar a perspectiva sobre esse tema que, desde a sociologia de Sutherland, estava começando a ser visto como uma modalidade criminosa praticada por sujeitos de prestígio social e econômico, sendo capaz de atingir a saúde da ordem socioeconômica do estado por injetar enormes quantias advindas de crime no mercado formal, interferindo nas relações de produção, consumo e concorrência (SANCTIS, 2015). Afinal, como bem verificamos exemplificativamente ao longo do capítulo anterior do presente trabalho no que diz respeito ao Petrolão (CRUZ, 2016, p. 51):

Nota-se que a partir desse ajuste entre as empresas do “Clube” ocorre o impedimento de uma concorrência de mercado em que os melhores preços e serviços são oferecidos para realização das obras, o que causa prejuízo para empresa e, consequentemente, como se trata de uma empresa com capital público, para o Estado e a sociedade brasileira.

Ocorre que, em meio a este processo de notoriedade da existência da criminalidade econômica a partir da sociologia de Sutherland, a corrupção também passou a ser vista enquanto uma modalidade criminosa multifacetada por englobar um amplo espectro de crimes, como é o caso da lavagem de capitais, motivo pelo qual se observou a necessidade de modernização do Direito Penal para inclusão deste tipo de delito. Isto é o que leciona Silveira (2012, p. 85 - 86):

A oposição a situações de corrupção, entendendo-a, agora, multifacetada, é plenamente lógica e aceitável. O receio se dá em como isso há de se mostrar quando se imagina que situações, v.g., de lavagem de dinheiro façam parte de uma super-estrutura de corrupção. Ninguém duvida que o agente, corrupto ou corruptor, possa se valer da lavagem para ocultar seus ganhos. Mas a própria dimensão que a construção típica da lavagem de dinheiro, os passos de sua investigação, a seletividade dada, em especial no Brasil, é altamente problemática. Nesse sentido, cuidados devem ser tidos no campo, puro e simples, de uma modernização do Direito Penal.

Neste cenário, o Brasil ratificou, nas últimas décadas, três convenções internacionais que objetivam o controle e repressão da corrupção, quais sejam: a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento; a Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos; e a Convenção contra a Corrupção, da Organização das Nações Unidas. A ratificação dessas convenções, assim como o interesse do Brasil em aderir às propostas de modificações sugeridas por elas em nosso sistema penal, é refletida na inclusão ao ordenamento jurídico nacional de grande parte das disposições previstas nesses documentos internacionais (BECHARA e FUZIGER, 2012). É interessante, todavia, efetuar uma pequena observação para mencionar que a atuação brasileira perante o combate aos crimes econômicos, dentre eles a lavagem de dinheiro, não se resume a importar medidas defendidas no plano internacional, posto que, segundo Bechara e Fuziger (2012, p. 312):

Longe do âmbito repressivo, a estratégia política brasileira mais eficaz no controle da corrupção pública parece estar na esfera preventiva, por meio da criação de programas e órgãos especializados no desenvolvimento de mecanismos de fiscalização e

prevenção de atividades ilícitas, tais como a Controladoria Geral da União e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.<sup>10</sup>

Entretanto, acerca da legislação antilavagem de dinheiro brasileira, Saad-Diniz (2013) suscita que esse sistema é caracterizado por três gerações de leis que versam sobre a lavagem de capitais, variando entre si a técnica dos tipos penais de conexão, bem como os modos com os quais as atualizações legislativas buscaram suprir as novas demandas sobre o tema, trazidas por meio da globalização através de outros diplomas internacionais. Assim, a primeira geração desse sistema estava pautada na Convenção da Organização das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, também conhecida como Convenção das Nações Unidas de 1988, que deu origem ao decreto nº 154/191. Logo, a caracterização da lavagem de dinheiro como tipo penal nesse decreto estava intimamente relacionada com o tráfico internacional de drogas, de modo que o objetivo central da legislação antilavagem, conforme leciona Sanctis, era “punir quem tornava aparentemente lícita a riqueza proveniente do tráfico de drogas” (2015, p. 172).

A segunda geração do sistema antilavagem de dinheiro no Brasil, por sua vez, relaciona-se com a promulgação da lei 9.613/1998. Como mencionado no capítulo anterior, a lavagem de capitais é um crime derivado, ou seja, depende da execução de um outro crime para poder ser caracterizada, já que o seu objetivo é dissimular a origem ilícita dos bens adquiridos pelo sujeito criminoso. Inicialmente, com a Convenção das Nações Unidas de 1988, tinha-se posto que esse crime antecedente seria o tráfico de drogas, entretanto, quando a lei 9.613/1998 foi promulgada no Brasil, já não havia mais o entendimento de que a lavagem de capitais é uma decorrência exclusiva do narcotráfico (SANCTIS, 2015).

Assim, ao efetuar a análise da constituição do sistema antilavagem brasileiro, temos que a lei 9.613/1998 almejava realizar a tipificação da lavagem de capitais com base na sua relação com outros delitos antecedentes que pudessem interagir com o mercado econômico formal. Contudo, é interessante mencionar que a supracitada lei passou por algumas sutis modificações em 2002, quando houve a inclusão do inciso VIII, e em 2003, haja vista a complementação realizada ao já existente inciso II por meio do acréscimo ao termo “terrorismo” da expressão “e seu financiamento”. Dessa maneira, a redação final do artigo 1º da lei 9.613/1998 até o ano de 2012 assim estava:

---

<sup>10</sup> Insta salientar que a Controladoria Geral da União foi extinta com a lei 13.341/2016, sendo englobada como uma pasta ministerial a partir da criação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União.

Art. 1º. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II - de terrorismo;

III - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção; IV - de extorsão mediante seqüestro;

V - contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI - contra o sistema financeiro nacional;

VII - praticado por organização criminosa.

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

Por fim, a terceira geração é marcada pela redação da lei 12.683/2012, que, conforme Saad-Diniz (2013), representa uma busca por um maior espaço para mudanças a fim de traduzir a tentativa brasileira de se manter atualizada no que tange os movimentos internacionais que versam sobre este tema. Desse modo, a nova lei alterou a redação do artigo 1º da lei 9.613/1998 ao revogar os incisos I a VII, deixando-o do seguinte modo: “Art. 1º. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal”. Percebe-se, então, que essa nova redação legal se baseou no seguinte pressuposto: “não existe bens ou dinheiro não lavados se decorrentes de infração penal” (SANCTIS, 2015, p. 195)

Sendo assim, a lei 12.683/2012, de acordo com Sanctis (2015), pretendeu englobar, na redação de um dispositivo único, todas as modalidades de condutas que podem gerar bens ilícitos e, assim, culminar na prática da lavagem de dinheiro, atribuindo a todas elas o mesmo grau de rigor em sua punibilidade, já que, com a nova redação legal, é suficiente a constatação de uma vantagem econômica adquirida por meio de fonte ilícita para que as investigações por lavagem de dinheiro sejam iniciadas independente de qual seja o crime antecedente. Logo, segundo o supracitado autor, “utilizou-se o legislador dos chamados tipos mistos alternativos, prevendo uma série de condutas com o intuito de abarcar todas as modalidades possíveis de lavagem de dinheiro” (SANCTIS, 2015, p. 178).

Todavia, as alterações provocadas pela lei 12.683/2012 na redação da lei 9.613/1998 não se resumem apenas ao *caput* do artigo 1º, já que os seus §§1º e 2º juntamente com seus incisos também descrevem condutas que podem ser identificadas como lavagem de dinheiro, mas de acordo com cada fase de execução do crime. Ou seja, a lei permanece vinculada ao modelo de três etapas já explicado no capítulo anterior, mas que diz respeito às condutas de ocultar, dissimular e integrar os frutos provenientes de crime antecedente.



Atentando-se para a redação exposta do artigo 1º da lei 9.613/1998, percebemos a nítida utilização dos termos “ocultar” e “dissimular”, tratando, portanto, das duas primeiras fases do modelo trifásico de lavagem de dinheiro. O §1º do dispositivo, entretanto, apesar de permanecer versando sobre as mesmas fases que o *caput* do artigo 1º, de acordo com Bottini e Badaró (2012), trata sobre modalidades especiais das etapas de ocultação e dissimulação da lavagem, segundo o que é possível conferir a seguir:

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal: (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)

I - os converte em ativos lícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

Logo, enquanto no *caput* do artigo 1º “estar-se-ia punindo o resultado do processo de branqueamento de ativos ilícitos, neste dispositivo a punição seria sobre os meios utilizados para atingir tal finalidade” (MENDRONI, 2006, p. 53 *apud* SANCTIS, 2015, p. 210). Trata-se este parágrafo da intenção do legislador em punir o sujeito que, embora não tenha participado do crime antecedente, está auxiliando o processo de lavagem através de quaisquer um dos meios explicitados ao longo de sua redação. Assim, percebemos que o envolvimento do sujeito que a punibilidade desse dispositivo pretende alcançar está intrinsecamente vinculado ao *modus operandi* da lavagem e não ao crime anterior.

Já o §2º, por conseguinte, faz a seguinte disposição:

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem: (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)

I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal; (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)

II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

No inciso I deste dispositivo temos a descrição de uma conduta que se assemelha ao crime de receptação qualificada prevista no artigo 180, §1º do Código Penal. Todavia, diferencia-se desta, de acordo com Bottini e Badaró (2012), porque, em seu contexto, inclui as atividades financeiras em meio às condutas praticadas com o bem advindo de origem criminosa, assim como não exige que o seu praticante aja com habitualidade nas atividades que fazem uso desse bem, além de possibilitar que este praticante também seja o autor do crime antecedente.

Ainda sobre este dispositivo, temos um fato interessante. A sua nova redação trazida pela lei 12.683/2012 permitiu, no que concerne o elemento subjetivo do crime, tanto o dolo direto quanto o dolo eventual. Isto porque, antes da reforma, assim dispunha o inciso: “§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem: I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores **que sabe** serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo” (grifo nosso). A supressão da expressão “que sabe” na nova redação do dispositivo faz com que incida na conduta todo sujeito que sabe ou deveria saber a fonte ilícita da qual adveio os bens, direitos ou valores utilizados em sua atividade econômica ou financeira (SANCTIS, 2015). Acerca dessa alteração, entretanto, analisa criticamente Rios (2012, p. 3 - 4):

Quer nos parecer que as dificuldades de distinção entre condutas especialmente aptas e condutas neutras continuarão existindo, sobretudo quando, numa perspectiva social, seja necessário esclarecer se um sujeito realizou o juízo de atribuição em que se fundamenta o dolo do resultado, ou se, diversamente, se possa conferir verossimilhança a sua alegação de não haver realizado dito juízo.

A partir disso, é fundamental salientar que, segundo Sanctis (2015) enfatiza, o simples usufruto de um bem, direito ou valor provenientes de infração penal não necessariamente incrimina o indivíduo enquanto um praticante de lavagem de dinheiro. Isto porque, como leciona Vilardi (2012, p. 17 - 18):

Não se deve falar em ocultação, tipificada pela lavagem, se não se provar que o agente oculta o dinheiro, com o objetivo de reintroduzi-lo na economia legal, após alguma dissimulação que vai lhe conferir aparência de licitude. Do contrário, será crime esconder o dinheiro embaixo da cama após um roubo. É evidente que o legislador não pune a mera ocultação do objeto do roubo, mas apenas aquela que integra um processo de lavagem. Sem integrar esse processo, estamos diante de mero exaurimento da infração anterior.

Da mesma forma, não há como punir a mera utilização do dinheiro que provém de infração penal. De início, porque não se pune a utilização de bem, direito ou valor “sujo”, mas apenas daquele que possui aparência de licitude, ou seja, que passou por um processo dissimulatório, sem o qual não poderia ser inserido na economia; não poderia ser considerado “lavado”. Como bem pondera Marco Antonio de Barros, para configurar a utilização prevista no art. 1º, o agente deve utilizar “o lucro ou patrimônio lavado, o qual se apresenta com aparência de legalidade”.

Já o inciso II, por sua vez, criminaliza a participação de qualquer pessoa que integra grupo, associação ou escritório que possui a finalidade de lavar dinheiro, desde que tenha conhecimento desse fato. Seria o caso, por exemplo, de um gerente de restaurante que funciona enquanto um meio para mesclar recursos de origem lícita, provenientes da respectiva atividade comercial, com recursos de origem ilícita, funcionando como uma técnica de dissimular a fonte

ilegal desses bens, com vimos no capítulo anterior. Esse gerente, então, tendo conhecimento deste fato e se mantendo na empresa ainda assim, estaria cometendo o crime previsto no inciso II, do §2º.

Adaptando a aplicação deste dispositivo para o âmbito do Petrolão, seria, portanto, criminalizado qualquer sujeito participante das organizações pertencentes aos doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater que tivesse conhecimento da sua finalidade em efetuar lavagem de valores, haja vista o auxílio prestado por Habib à Youssef no gerenciamento contábil das empresas utilizadas para este fim, como visto no capítulo anterior. Sobre isso, inclusive, sabe-se que “Youssef mantinha na cidade de Londrina um escritório com estrutura específica para prática de lavagem de dinheiro que abrangiam diversos segmentos comerciais, tal qual se verificou sua operação na empresa estatal Petróleo Brasileiro S/A • Petrobras” (CRUZ, 2016, p. 48), assim como o doleiro Carlos Habib Chater detinha um posto de gasolina com a mesma finalidade, sendo este, inclusive, o motivo da denominação da Operação Lava Jato (ALVARES, 2018, p. 33):

O nome do caso, “Lava Jato”, decorre de que ao investigar a conduta do doleiro Carlos Habib Chater, proprietário do posto Torres, em Brasília foi descoberto que tal estabelecimento não tinha um lava jato, mas, sim que o mesmo era responsável por movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas. E, como o volume de dinheiro que lá transitava era muito alto, a lavagem não seria de carros, mas, sim de aviões a jato. Embora a organização tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou.

Vale salientar, porém, que o sujeito praticante da conduta prevista no §2º, inciso II, não necessariamente deve ter conhecimento do crime antecedente. Isto porque para a incriminação neste dispositivo, basta ter a ciência acerca da finalidade de lavar capitais do grupo, associação ou escritório do qual se faz parte (SANCTIS, 2015).

Uma outra importante alteração efetuada pela lei 12.683/2012 foi a modificação do texto do artigo 4º, §1º da lei 9.613/1998, desobrigando o levantamento das medidas assecuratórias nos casos em que a Ação Penal não fosse iniciada em até 120 dias após a conclusão das diligências do inquérito policial. As medidas assecuratórias consistem em providências cujo objetivo é garantir a futura indenização da vítima do crime, o pagamento das despesas processuais ou penas pecuniárias ao Estado, além de evitar enriquecimento ilícito do criminoso.

Dessa forma, antes da alteração proposta pela lei 12.683/2012, assim era a redação do §1º do supracitado artigo da lei 9.613/1998: “§ 1º As medidas assecuratórias previstas neste artigo serão levantadas se a ação penal não for iniciada no prazo de cento e vinte dias, contados da data em que ficar concluída a diligência”. Com a completa modificação do teor desse

dispositivo, compreende Sanctis (2015, p. 223 - 224): “(...) que a alteração da referida Lei atende, pois, satisfatoriamente, à busca da verdade real ao suprimir o aludido prazo, que, acaso fosse seguido à risca, feriria gravemente a possibilidade da perfeita apuração dos fatos, que, por definição, apresentam-se complexos e tortuosos”.

Isto porque a lavagem de dinheiro é um crime complexo que, muitas vezes, envolve esquemas de transações financeiras internacionais em seu processo, tornando imprescindível a cooperação internacional, na medida em que, constantemente, apenas a investigação policial brasileira não é suficiente para apurar o caso. Com isso, há a imprescindibilidade da realização de diligências por outras instituições de âmbito internacional, como é o caso da Interpol e até mesmo de pareceres de instituições financeiras estrangeiras.

No caso do Petrolão, por exemplo, vimos no capítulo anterior que a cooperação do Ministério Público Suíço foi fundamental para a produção de provas no decorrer das investigações da Operação Lava Jato, já que, na Suíça, foram encontrados 23 milhões de dólares distribuídos em contas de empresas *offshore* administradas por Paulo Roberto Costa e seus familiares, além de 300 contas bancárias pertencentes a outros envolvidos no esquema, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho. A partir disso, percebemos claramente que, em razão da complexidade que a lavagem de dinheiro atribui aos casos, a cooperação de instituições estrangeiras e internacionais é, muitas vezes, imprescindível para complementar as investigações nacionais, o que dificulta a realização dos trâmites investigativos de modo célere.

Em meio a todo esse processo, insta salientar, é fundamental manter os bens, direitos e valores inacessíveis para os envolvidos na investigação, principalmente durante a transição de inquérito para uma ação penal, uma vez que a lavagem de capitais se trata de um crime fluído por lidar com bens cujo fluxo é contínuo na sociedade. Isto daria, então, margem para a realização de mais dissimulações durante as investigações, prejudicando a apuração de provas, motivo pelo qual a alteração provocada pela lei 12.683/2012 na redação do artigo 4º, §1º da lei 9.613/1998 possui tamanha fundamentalidade.

Nesse sentido, um outro importante ponto que vale ser destacado acerca da lei 12.683/2012 em razão da sua importância para os procedimentos investigativos diz respeito à inclusão do artigo 17-B na lei 9.613/1998, que assim dispõe:

Art. 17-B. A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, pelos provedores de internet e pelas administradoras de cartão de crédito.

Este é um importante dispositivo para a condução das investigações em torno da lavagem de dinheiro por permitir que certos dados cadastrais presentes em bancos de dados da Justiça Eleitoral, companhias telefônicas e de internet, instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito possam ser fornecidos ao Ministério Público ou órgão policial sem que seja necessária uma ordem judicial (SANCTIS, 2015). Trata-se de uma medida legislativa extremamente relevante por conferir certa celeridade à um trâmite que já possui diversos obstáculos que impedem uma conclusão mais rápida das diligências investigativas, como podemos conferir anteriormente, já que a obrigatoriedade em solicitar uma ordem judicial para obtenção de certos dados apenas atribuiria uma maior vagarosidade para um procedimento que, por si, já é moroso.

Por sua vez, o artigo 17-D da lei 9.613/1998, cuja redação fora dada pela lei 12.682/2012, também é um dispositivo que vale a pena destacar, na medida em que sobre ele pesa uma arguição de inconstitucionalidade impetrada pelo Ministério Público Federal na qual há uma discussão em torno do princípio da presunção de inocência e do contraditório no que diz respeito a sua redação. Isto porque o supracitado artigo assim dispõe: “Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno”.

Este dispositivo trata-se, portanto, de uma medida cautelar de natureza pessoal, sendo problemático, de acordo com Almeida (2016), em razão de duas questões, quais sejam: a primeira porque a sua redação não explicita qualquer utilidade a ser alcançada que justifique a sua imposição. Logo, diferentemente do que ocorre com o artigo 282 do Código de Processo Penal, a medida cautelar de natureza pessoal em que o artigo 17-D faz referência não condiciona a sua decretação à necessidade de se aplicar devidamente a lei penal, executar a investigação ou instrução criminal, assim como não molda a sua aplicação conforme a gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. Já a segunda problemática intrínseca ao texto do supracitado dispositivo diz respeito à possibilidade do indiciamento, que é um ato jurídico privativo da autoridade policial, gerar automaticamente a decretação da medida cautelar, segundo explana Almeida (2016).

Essas circunstâncias geradas pela redação do artigo 17-D da lei 9.613/1998 fazem com que, durante o procedimento inquisitorial no qual insere-se o indiciamento, o agente público indiciado seja automaticamente afastado de suas atribuições sem que haja o juízo de ocorrência do crime elaborado pelo Ministério Público, o que se demonstra incoerente quanto ao princípio acusatório adotado pelo sistema penal brasileiro, que encarrega o supramencionado órgão

ministerial de propor a ação penal pública (ALMEIDA, 2016). Com isso, temos que o artigo 17-D representa uma ameaça ao princípio constitucional da presunção de inocência por impor a possibilidade de afastamento do servidor público antes mesmo que haja uma ação penal que lhe seja contrária, motivo pelo qual compreendem Badaró e Bottini (2013, p. 373) ser esta medida cautelar, na verdade, uma providência com nítido caráter de punição antecipatória, conforme aduzem a seguir:

Ou seja, não se trata de medida cautelar decretada em razão da necessidade e adequação no caso concreto, para os fins de assegurar a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, como se exige de toda e qualquer cautelar (art. 282, *caput*, I e II, do CPP). Há uma nítida punição antecipada, enquanto simples efeito da imputação, em claro contraste com a garantia constitucional de que ninguém pode ser considerado culpado, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória (art. 5º, LVII, da CF/1988).

Essa situação se agrava quando traçamos uma análise da aplicação do princípio do contraditório no procedimento inquisitorial realizado durante a fase investigatória promovida pelas autoridades policiais. Isto porque se tem pacificado na doutrina e jurisprudência pátrias a inaplicabilidade do contraditório durante o inquérito policial, admitindo-se apenas o contraditório diferido, ou seja, a participação e comunicação do sujeito em determinados atos, de maneira que não haja o comprometimento da atividade investigativa, posto que “o elemento surpresa nesta etapa funciona como grande aliado na identificação dos indícios de autoria e das provas de materialidade do crime sob investigação” (ALMEIDA, 2016, p. 48).

Diante deste cenário, temos que o artigo 17-D da lei 9.613/1998 não resguarda o direito ao contraditório ao indiciado, prevendo apenas o afastamento automático do servidor público investigado por lavagem de dinheiro sem que a ele seja fornecida a oportunidade de demonstrar a sua visão sobre os fatos investigados e de impugnar os argumentos apresentados durante a investigação (ALMEIDA, 2016). Percebemos, então, que o supracitado dispositivo inviabiliza a efetividade do direito de defesa do indiciado, por lhe impor o ônus do afastamento automático de suas atribuições profissionais sem que haja a sua devida condenação baseada em fundamentos fáticos e jurídicos demonstrados probatoriamente, desrespeitando o princípio da presunção de inocência e do contraditório, ambos complementares um ao outro.

A partir dessa breve análise da lei 9.613/1998, é possível perceber nitidamente que o Poder Legislativo brasileiro pretendeu englobar todas as brechas legais capazes de viabilizar a realização da lavagem de dinheiro em nosso país, buscando abarcar, igualmente, todas as relações que podem ser tendentes à execução desta conduta tida como criminosa nacional e internacionalmente, o que foi aprimorado por meio das alterações trazidas pela lei 12.683/2012.

Isto porque os Códigos Penal e Processual Penal brasileiros são seletivos no que concerne o alcance de sua punibilidade, atingindo, predominantemente, sujeitos praticantes de crimes de rua, enquanto negligencia os crimes praticados no âmbito das relações negociais como é o caso da criminalidade econômica.

Entretanto, é importante salientar que o combate à essa seletividade penal brasileira deve ocorrer sempre conforme os princípios constitucionais sem que haja a continuidade de tratamentos diferenciados entre os sujeitos que as leis pretendem alcançar com a sua punibilidade. Assim, apesar da lei 12.683/2012 aprimorar as disposições da lei 9.613/1998, a redação do artigo 17-D é incoerente aos preceitos constitucionais por não aplicar garantias que são imprescindíveis para uma investigação justa nos moldes da nossa Constituição Federal de 1988 por não conferir aos servidores públicos as mesmas oportunidades que são asseguradas aos demais macrodelinquentes e aos criminosos de rua no que concerne a aplicação dos princípios da presunção de inocência e do contraditório.

Ainda assim, é possível perceber que a lei 9.613/1998 consiste numa medida de fortalecimento do sistema de prevenção ao crime, afinal, como mencionado por Sutherland no início do presente capítulo, a criminalidade não está apenas relacionada exclusivamente às esferas mais baixas economicamente da nossa sociedade. Pelo contrário, os sujeitos privilegiados socioeconomicamente também delinquem em suas relações por meio de técnicas que, muitas vezes, utilizam instrumentos legais para lavar dinheiro, como é caso das contas-correntes e criação de empresas, conforme estudamos no capítulo anterior. Logo, acerca disso, menciona Valadares (2012, p. 27 - 28):

A ampliação do controle sobre tais atividades se justifica não por uma questão de desconfiança, mas de segurança. Todas essas são lícitas e fundamentais para o desenvolvimento econômico do país, por isso mesmo é preciso que o sistema público de controle consiga identificar quaisquer tentativas de exercê-las ilicitamente.

Isto porque a macrodelinquência econômica funde-se com o que é lícito em nossa sociedade, atingindo interesses sociais que repercutem não na individualidade dos sujeitos que integram o nosso meio social, mas toda a população, motivo pelo qual o controle desse tipo de criminalidade é uma questão de segurança daquilo que é interesse geral. Sobre isso, leciona Neves (2011, p. 732 - 733):

Saliente-se que o direito penal tradicional cuidava de bens jurídicos em grande parte individuais, como a vida, a saúde, o patrimônio, a honra, cujas lesões eram facilmente identificáveis, em causalidade e extensão. Entretanto, nos últimos tempos, a revolução tecnológica provocou uma profunda transformação da criminalidade, que aparece

cada vez mais imbricada com atividades lícitas e, por isso, de difícil visibilidade. Essa criminalidade atinge interesses difusos (...) as ações que podem lesar ou causar ameaça de lesão a esses bens são próprias da sociedade pós-industrial e podem resultar de atividades consideradas socialmente úteis, de forma que a ilicitude se configura por uma atuação fora da pauta legalmente permitida (...).

Assim, a partir da promulgação das leis que compõem o sistema jurídico antilavagem de dinheiro, resta nítida a importância do Poder Legislativo enquanto um instrumento de controle para superação das desigualdades com as quais a seletividade do direito penal e processual penal brasileiro tem operado. Isto se reflete, então, numa instabilidade entre o que é legal e o que é ilegal em razão de fatores socioeconômicos, o que provoca determinada insegurança ao ordenamento jurídico penal pátrio.

As leis antilavagem de dinheiro, portanto, correspondem a medidas que, atualmente, minoram as desigualdades historicamente existentes no funcionamento das legislações brasileiras na seara material e processual penal, que, futuramente, deverão ser integralmente extintas, afinal, como dito de forma tão enfática ao longo deste capítulo, a criminalidade não está reclusa à uma classe social, mas faz parte de todas elas. Tratá-la como um fenômeno exclusivo de grupos socioeconômicos considerados periféricos é negligenciar condutas que colocam em risco o funcionamento da sociedade como um todo ao ameaçar a ordem social e econômica pátria, impondo obstáculos para a efetividade de direitos que constitucionalmente pertencem a todos igualmente, independentemente da estratificação social, como é o caso dos direitos sociais fundamentais. “Daí entender-se pela necessidade e extrema relevância de tutela penal dos bens jurídicos difusos, supra-individuais, eis que fundamentais à vida comunitária e ao livre desenvolvimento da pessoa humana” (NEVES, 2011, p. 733), o que será analisado no próximo capítulo a partir da exposição de como o efetivo combate à lavagem de dinheiro representa uma necessidade para assegurar a eficácia dos direitos sociais fundamentais.



#### **4 OS REFLEXOS SOCIAIS DA LAVAGEM DE DINHEIRO SOBRE A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS**

No transcorrer dos capítulos anteriores, pretendeu-se expor as possíveis esquemáticas da lavagem de dinheiro e a maneira com a qual elas foram levadas a cabo no “Petrolão”, à título ilustrativo, haja vista ser este um caso emblemático de corrupção no Brasil em razão do seu alto nível organizacional e do elevado grau de refinamento das operações promovidas por seus agentes participantes. Assim, demonstrou-se o avançado estágio de institucionalização da corrupção que permeia a política nacional, bem como o modo com o qual o próprio ordenamento jurídico pátrio favoreceu este processo de estabelecimento de práticas corruptas no setor negocial de nossa sociedade, o que se reflete não apenas em nossas entidades estatais, mas na ordem social e econômica brasileira como um todo.

Em meio a este contexto, percebeu-se a importância da lavagem de dinheiro para a perpetuidade desse cenário que assola o Brasil na atualidade por ser ela o crime econômico responsável não apenas por conferir aparência lícita ao bem adquirido ilicitamente, mas por ocultar o próprio ato criminoso que o originou, dificultando as descobertas de esquemas corruptos e, conseqüentemente, a responsabilização dos envolvidos. Assim, através da lavagem de capitais, temos a manutenção da corrupção institucionalizada em nosso país e, por conseguinte, dos reflexos negativos gerados por ela para toda a sociedade.

Neste capítulo, então, considerando a amplitude dos danos provocados pelos esquemas de corrupção para o meio social, se fará uma análise acerca dos obstáculos impostos pelas práticas corruptas em que se insere a lavagem de dinheiro para a efetividade dos direitos sociais fundamentais assegurados constitucionalmente. Isto porque por serem garantias constitucionais para todos os cidadãos brasileiros sem qualquer tipo de distinção e que englobam os mais variados setores básicos da sociedade, compreendemos esses direitos enquanto os maiores exemplos das consequências negativas da corrupção em nosso país por eles serem os elementos cuja eficácia é mais afetada para toda a população em virtude da ausência dos devidos investimentos.

A Constituição Federal de 1988 inaugura a expressão “direitos sociais” em capítulo próprio em meio ao seu Título II, que versa sobre os direitos e garantias fundamentais. Assim, o artigo 6º da nossa Carta Magna abre o Capítulo II, intitulado “Dos direitos sociais”, do Título II, da seguinte maneira: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

É interessante observar que os direitos sociais em espécie elencados ao longo da redação do supramencionado dispositivo decorrem das reivindicações sociais e políticas do povo brasileiro ao longo do século passado, que foram gradativamente inseridas e positivadas em nosso ordenamento jurídico (COSTA e MAZZARDO, 2014). Isto porque a Carta Magna brasileira de 1988 representa uma mudança no eixo temático e na abordagem constitucional pátria ao estabelecer uma ênfase ao Estado Democrático de Direito, sendo reconhecida, inclusive, enquanto a Constituição Cidadã do nosso país. Afinal, em seu texto, se contemplam princípios que traduzem as reformas democráticas reivindicadas pelo povo brasileiro no transcorrer da década de 1980, principalmente.

Dessa maneira, Costa e Mazzardo (2014) apontam para uma mudança de paradigmas no que concerne às funções públicas nacionais, na medida em que, anteriormente, elas eram enxergadas socialmente apenas como uma fonte de poder até que, com a promulgação da Constituição de 1988, se passou a entendê-las como um dever dos agentes públicos perante o povo por eles serem eleitos como seus legítimos representantes. Desse modo, se tornou ainda mais evidente socialmente que a finalidade legal das funções públicas é suprir o interesse da coletividade, ainda mais a partir da consagração em nosso texto constitucional do princípio da igualdade indistinta e paritária, assegurando para todos a dignidade da pessoa humana e o acesso aos direitos fundamentais sociais (COSTA e MAZZARDO, 2014).

Logo, ainda segundo os supramencionados autores, cabe aos agentes públicos, no exercício de seus mandatos, cargos e funções, assegurar que a Administração Pública forneça todo o suporte necessário para garantir o bem-estar social e a qualidade de vida do povo por atuarem em seu nome (COSTA e MAZZARDO, 2014). Com isso, a corrupção se tornou ainda mais inconcebível, já que representa uma completa inversão valorativa ao que está posto constitucionalmente por representar a preponderância de interesses privados sobre os coletivos. Diante deste contexto, é notória a contraditoriedade inerente aos comportamentos sociais dos brasileiros, posto que, por um lado, somos críticos veementes das condutas antiéticas existentes tanto no meio público quanto no meio privado, enquanto, por outro lado, estão enraizadas em nossas práticas cotidianas ações que representam pequenos atos de corrupção, mas que quando observadas sob parâmetros negociais são capazes de ocasionar profundas consequências para toda a sociedade. Sobre isso, comenta Oliveira (2006, p. 10):

o brasileiro tem comportamento paradoxal. É crítico acerbo da conduta antiética, pública ou privada. No entanto, ao mesmo tempo, comete comportamentos antiéticos, diariamente, quando busca dar propina para guardas de trânsito, no caso de infração, para evitar a aplicação de multa, paga servidores públicos para não serem autuados, admite a sonegação como necessária para a sobrevivência de empresas, exerce

atividades que a lei municipal proíbe. Cria um escudo que não o atinge, sendo crítico do comportamento do outro, mas descobrindo desculpas para aliviar sua consciência.

Acerca dos fatores que estimulam a perpetuação deste tipo de conduta, ainda pontua Oliveira (2006, p. 11):

Um dos estímulos é a impunidade. Da mesma forma, o grau de reprovação. Se nada acontece com o servidor que recebe vantagem indevida, estando ciente seu colega, fica este estimulado a ter o mesmo comportamento, vendo o “sucesso” financeiro do outro. De outro lado, se a convivência continua e o corrupto aproxima-se do centro de poder, dele tornando-se íntimo, sem qualquer reprovação, há o estímulo para que o colega também se corrompa. Multiplicam-se as hipóteses, os seres humanos e os interesses nada nobres.

Sobre este mesmo aspecto, concorda Teixeira (2000, p. 16 - 17) ao assim dispor:

Somos sim, reiteradamente usurpados, mas porque aprendemos a conviver com a lei da impunidade, somos totalmente descrentes de nossas instituições, porque raramente as vemos funcionar. E não há maior mal a qualquer sociedade do que a crença na impunidade, pois o homem diferencia-se dos demais por gozar de liberdade para optar pela conduta a seguir, e a lei não lhe priva dessa liberdade, mas apenas impõe condições para seu exercício. Assim, se esse homem escolhe delinquir ainda que seja conhecedor da sanção, será ou porque não se importa com essa possibilidade (e poderá então, estar beirando a insanidade) ou porque efetivamente não acredita nela. E, este sim, é o grande risco que qualquer grupo pode correr: a total descrença de seus membros em suas instituições, pois quanto maior e mais difundida a ideia de impunidade, tanto maior serão as chances de desintegração do grupo. (...) Por isso estamos convencidos de que uma das mais importantes causas da corrupção é a ideia da impunidade, que em nosso país está presente de todo o seu histórico de desmandos e usurpações, e em outras nações está presente também pelo fato de que os delitos cometidos contra a Administração Pública, invariavelmente são cometidos por aqueles que detêm poder, em maior ou menor escala, o que faz com que disponham de mecanismos mais eficientes para atuar criminosamente, além de poderem mais facilmente apagarem qualquer vestígio de sua atuação.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio ao longo do capítulo anterior, quando analisamos as falhas existentes na legislação material e processual penal brasileiras, percebemos que a existência de uma seletividade penal em nossos códigos advém de um processo histórico nacional em que as elites que dominam o poder político pátrio, o manipulam em prol dos seus próprios interesses, assegurando, assim, a própria impunidade por terem direcionado o enquadramento penal em nosso ordenamento jurídico apenas para as modalidades criminosas consideradas de rua, deixando os crimes negociais à margem dos nossos códigos. Daí decorre a importância da elaboração das leis antilavagem de dinheiro, por exemplo, na medida em que representam um marco no que tange o enquadramento penal de crimes negociais em nosso país.

Assim, observado o processo existente em torno da elaboração da Constituição Federal de 1988, a partir da leitura do seu artigo 6º, percebe-se que o Poder Público, ao ter como objetivo primordial suprir os interesses da coletividade, atraiu para si a responsabilidade de concretizar a educação, a saúde, a segurança, o trabalho, a habitação e o transporte para todos, além das demais prestações elencadas expressamente no texto constitucional. Portanto, resta claro que os direitos em espécie mencionados ao longo da redação do supracitado dispositivo correspondem ao dever estatal de efetivar prestações positivas perante a população, já que o artigo 6º da nossa Carta Magna impõe aos órgãos de Estado a obrigação de “realizar serviços para concretizar os direitos sociais. Exemplos: serviços escolares, médico-hospitalares, assistenciais, previdenciários, desportivos etc” (BULOS, 2018, p. 824).

Está nítido, então, que os direitos sociais partem da premissa de que é responsabilidade do Poder Público melhorar a vida humana por meio da oferta de melhores condições de vida às pessoas, “evitando tiranias, arbítrios, injustiças e abusos de poder” (BULOS, 2018, p. 824). Os direitos sociais, dessa forma, relacionam-se com o princípio da dignidade da pessoa humana, também previsto em nossa Constituição Federal de 1988, como um modo de concretizar a solidariedade e igualdade em prol da justiça social, na medida em que a nossa Carta Magna prevê como seus objetivos a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais existentes em nosso país (TRINDADE, 2016).

Dessa maneira, é interessante perceber, então, que os direitos fundamentais sociais constituem o cerne para o exercício de inúmeros direitos humanos, haja vista que, conforme leciona Barroso (2018, p. 2) ao tratar sobre a corrupção de natureza política: “A má-governança, intuitivamente, debilita a capacidade de o Estado respeitar, proteger e promover os direitos humanos, que uma vez internalizados pela Constituição, são também chamados de direitos fundamentais”. Percebemos, portanto, que a existência dos direitos fundamentais sociais se faz enquanto uma via para concretizar os direitos humanos justamente por impor aos órgãos estatais a obrigação de realizar os serviços que possibilitam à população os meios de exercê-los. Isto porque os direitos sociais constituem, na realidade, uma espécie dos direitos humanos tratada enquanto direito fundamental por nossa Carta Magna.

Por outro lado, Jellinek (1912), de acordo com a sua teoria denominada *Quatro Status*, indica que os direitos fundamentais possuem diferentes funções no ordenamento jurídico que vão além da esfera de prestações positivas. Sendo assim, segundo o supracitado autor, esses direitos também podem constituir direitos de defesa por protegerem certos posicionamentos subjetivos do Poder Público através da negativa em relação à prática de determinados atos; da

não intervenção em algumas situações concretas ou manutenção de posições jurídicas, não as eliminando.

Seguindo similar raciocínio, Trindade (2016) compreende que o Estado possui três níveis de obrigações no que concerne os direitos fundamentais, quais sejam: a obrigação de respeito, em que cabe ao Estado abster-se de medidas que possam limitar os cidadãos ao usufruto de seus direitos; a obrigação de proteção, segundo a qual é responsabilidade estatal proteger os cidadãos de violações de terceiros no que concerne aos seus direitos; e, por fim, a obrigação de garantia, de acordo com a qual deve o Estado promover ações que satisfaçam as necessidades de seu povo. Com isso, temos que os direitos sociais, da mesma maneira que os direitos negativos, implicam tanto em direitos a prestações em sentido estrito (positivos) quanto em direitos de defesa (negativos), demandando nessas duas dimensões o emprego de recursos públicos para a sua garantia, de acordo com a exposição realizada por Mendes e Branco (2017).

#### 4.1 A LAVAGEM DE DINHEIRO ENQUANTO UM ATO DE CORRUPÇÃO E SUA VINCULAÇÃO COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

Abordaremos, neste momento, o modo com o qual ocorre a vinculação entre a corrupção e os direitos fundamentais sociais, o que está relacionado com a necessidade por recursos públicos da esfera política para a execução de políticas públicas que visem a concretização de direitos sociais para usufruto da população. Afinal, os direitos sociais são concretizados através da implantação de políticas públicas na sociedade, como podemos verificar a seguir, conforme pontua Meotti e Alves (2014, p. 143):

O Poder Público deve estabelecer políticas públicas que efetivem os direitos fundamentais instituídos, inclusive aqueles que se caracterizam como direitos sociais que são de condição básica para a sobrevivência humana, quando isso não acontece ou acontece de forma ineficaz o Judiciário por meio de decisões acerca de casos concretos se vê obrigado a garantir o que a norma constitucional garante.

Logo, para executar as políticas públicas no que diz respeito à efetivação de direitos sociais, é imprescindível o investimento de recursos financeiros públicos, tornando essencial para o Poder Público a elaboração de um orçamento para a consecução de políticas públicas com o fim de disponibilizar o acesso aos direitos sociais para a população, como é o caso da saúde, educação e segurança, por exemplo (MEOTTI e ALVES, 2014). Para tanto, a própria Constituição Federal, que assegurou aos cidadãos os direitos sociais, igualmente atribuiu ao Poder Público, em especial aos Poderes Legislativo e Executivo, a responsabilidade de dispor

do orçamento público, determinando o momento e o modo com os quais as políticas públicas serão executadas.

Sobre isto, é interessante mencionar que a própria Constituição reconhece o poderio do Legislativo e Executivo no que concerne a disposição do orçamento, na medida em que atribui a esses poderes as competências de não apenas elaborá-lo, mas também de executá-lo e controlá-lo (BARCELLOS, 2006). Afinal, o orçamento é o meio de efetivação das políticas públicas que, no Estado Social e Democrático de Direito, também devem ser elaboradas e executadas pelo Poder Público. Assim, o orçamento tem a finalidade de definir o grau de concretização dos valores presentes na Constituição, de maneira que a efetivação dos direitos fundamentais é dele dependente (MÂNICA, 2007).

É neste aspecto, portanto, que as práticas corruptas nos órgãos e instituições estatais se vinculam diretamente à violação dos direitos sociais, pois a maior problemática enfrentada na atualidade pelos países em desenvolvimento é o de se encontrarem em condições econômicas que não permitem a proteção da maioria dos direitos sociais, ainda que já possua os programas ideais para a sua execução (BOBBIO, 2004). Isto porque, segundo Trindade (2016, p. 22):

No âmbito da administração pública, a corrupção está ligada principalmente ao desvio de função realizado pelo agente público, sendo que este agente se beneficia do bem público ou então o utiliza para outros fins. Deixando a população à mercê, sem receber o que seria de seu direito para que pudesse vir a satisfazer as necessidades básicas necessárias para a sobrevivência de todos os seres humanos. Nesses casos, sendo algumas vezes esquecida a Constituição Federal, a qual nos traz os Direitos Sociais, considerados fundamentais, que deveriam ser devidamente aplicados.

Diante dessas circunstâncias, considerando agora o cenário social, econômico e político nacional, temos no Brasil o seguinte contexto exposto por Gomes e Fernandes (2017, p. 129):

As necessidades básicas de uma economia em desenvolvimento, como a brasileira, a “ganância” entre agentes públicos e políticos e o setor empresarial somadas às necessidades sociais da população e a busca pelo poder público em atender a um mínimo social resguardado pela Constituição Federal brasileira, acabam por possibilitar um campo fértil para a proliferação dos delitos de corrupção.

A corrupção, dessa maneira, consiste em uma das razões das reiteradas violações aos direitos fundamentais sociais ocorridas em nossa sociedade por ser responsável pelo desvio de parcelas significativas das verbas públicas de suas finalidades originárias, como é o caso do necessário investimento na saúde, educação, transporte, entre outros direitos fundamentais sociais previstos constitucionalmente, de maneira que de acordo com Teixeira (2000, p. 20): “a corrupção consegue por sua diferentes formas, ser a maior responsável pelas lesões aos direitos

fundamentais do ser humano, que vão desde o desrespeito a inviolabilidade do seu corpo, à violação ao seu direito ao trabalho, à previdência, à educação, etc...”. Por esse motivo, percebemos claramente que a corrupção afeta bens jurídicos que são essenciais para o Estado Social e Democrático de Direito, de maneira que assim expõe Osório (2011, p. 52) sobre este aspecto:

a corrupção como tal representa uma das práticas humanas mais generalizadas e com efeitos tão perniciosos e devastadores que seu exercício impossibilita a saúde moral dos povos, impede o desenvolvimento econômico sustentável das nações e representa um poderoso obstáculo para obter a paz e a harmonia social.

Nesse sentido, existem três relações causais dos danos que permeiam essa vinculação existente entre a corrupção e a violação dos direitos fundamentais sociais, de acordo com Vieira e Varella (2014). A primeira ocorre quando a corrupção está diretamente relacionada à uma violação de direitos humanos por meio de um ato deliberadamente praticado com a finalidade de violar certo direito. Aqui, portanto, estamos diante de uma ação proposital e consciente do agente público corrompido pela corrupção. A segunda relação causal é indireta, sendo provocada quando a corrupção é um elemento em meio a uma série de atos que, eventualmente, poderão violar um direito social. Neste caso, não estamos diante de uma violação que necessariamente ocorrerá, mas que apenas possui o risco de se concretizar. Por fim, temos a terceira relação causal na qual a corrupção não é o único fator responsável pela violação do direito fundamental social. Pelo contrário, nesta hipótese estamos diante de uma sequência de fatores que podem ocasionar a violação, não sendo a corrupção o único elemento determinante.

Para identificar a ocorrência das relações causais supracitadas no que concerne a violação dos direitos humanos e fundamentais, e consequentemente dos direitos sociais, Leal (2014) aborda a necessidade de se identificar, primeiramente, quais são as obrigações estatais em torno da proteção, respeito e efetivação desses direitos, motivo pelo qual é fundamental compreender quais são os bens jurídicos envolvidos a fim de delimitar as obrigações do Estado perante a sociedade. Isto porque, posteriormente, deve ser realizada uma análise dos objetivos e conteúdo de cada direito envolvido para verificar se a prática corruptiva em questão de fato prejudicou a tutela do bem jurídico que se observa, identificando a existência de falha estatal no que tange a sua obrigação em assegurar a eficácia do direito em análise, de maneira que assim comenta Leal (2014, p. 14):

algumas diretrizes importantes já foram constituídas à indagação sobre as tipologias de violações de direitos envolvendo atos corruptivos, a partir das quais, com mais

segurança e clareza, se pode precisar o ocorrido, a saber: (a) identificar bem a prática corruptiva em jogo, estabelecendo de forma objetiva quais os comportamentos que se enquadram como tais, identificando os perpetradores, vítimas e violações praticadas; (b) delimitar se as violações praticadas afetam efetivamente Direitos Fundamentais, demarcando bem os escopos e conteúdos destes Direitos atacados, bem como estabelecendo quais as obrigações estatais firmadas no que tange aos Direitos em questão; (c) identificar quais os âmbitos e limites de responsabilidades estatais nos casos específicos de violações daqueles Direitos, e se há providências institucionais a serem tomadas em face das vítimas e suas reparações, evidenciando ainda se os prejuízos sofridos decorreram por conta exclusiva ou concorrente da falha do Estado em respeitar, proteger e dar efetividade aos Direitos

Nessa perspectiva, o Brasil, por meio do decreto legislativo nº 152 de 2002, aprovou o texto da Convenção Interamericana Contra a Corrupção, cujo teor do seu Preâmbulo<sup>11</sup> nos faz compreender que os seus membros signatários enxergam na corrupção uma causa para não somente ocasionar a desestabilização econômica de um país, mas, também, enquanto um óbice para o desenvolvimento social, que decorre da execução de políticas públicas cuja finalidade é a democratização do acesso ao exercício dos direitos fundamentais sociais. Além disso, por compreender que a corrupção é um meio para a perpetuação do crime organizado e que o seu combate é responsabilidade estatal, de modo que a cooperação internacional deve ser estimulada entre os países como forma de combatê-la, a Convenção Interamericana Contra a Corrupção, em seu artigo 6º, determinou quais são os atos de corrupção como maneira de delimitar as práticas que são capazes de provocar tantos ônus para a sociedade, possuindo a seguinte disposição:

---

<sup>11</sup> Preâmbulo

Os Estados Membros da Organização dos Estados Americanos, Convencidos de que a corrupção solapa a legitimidade das instituições públicas e atenta contra a sociedade, a ordem moral e a justiça, bem como contra o desenvolvimento integral dos povos; Considerando que a democracia representativa, condição indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região, exige, por sua própria natureza, o combate a toda forma de corrupção no exercício das funções públicas e aos atos de corrupção especificamente vinculados a seu exercício; Persuadidos de que o combate à corrupção reforça as instituições democráticas e evita distorções na economia, vícios na gestão pública e deterioração da moral social;

Reconhecendo que, muitas vezes, a corrupção é um dos instrumentos de que se serve o crime organizado para concretizar os seus fins; Convencidos da importância de gerar entre a população dos países da região uma consciência em relação à existência e à gravidade desse problema e da necessidade de reforçar a participação da sociedade civil na prevenção e na luta contra a corrupção; Reconhecendo que a corrupção, em alguns casos, se reveste de transcendência internacional, o que exige por parte dos Estados uma ação coordenada para combatê-la eficazmente; Convencidos da necessidade de adotar o quanto antes um instrumento internacional que promova e facilite a cooperação internacional para combater a corrupção e, de modo especial, para tornar as medidas adequadas contra as pessoas que cometam atos de corrupção no exercício das funções públicas ou especificamente vinculadas a esse exercício, bem como a respeito dos bens que sejam fruto desses atos; Profundamente preocupados com os vínculos cada vez mais estreitos entre a corrupção e as receitas do tráfico ilícito de entorpecentes, que ameaçam e corroem as atividades comerciais e financeiras legítimas e a sociedade, em todos os níveis; Tendo presente que, para combater a corrupção, é responsabilidade dos Estados erradicar a impunidade e que a cooperação entre eles é necessária para que sua ação neste campo seja efetiva; e Decididos a envidar todos os esforços para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção no exercício das funções públicas e nos atos de corrupção especificamente vinculados a seu exercício, CONVIERAM em assinar a seguinte CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO.



## ARTIGO VI

### Atos de corrupção

Esta Convenção é aplicável aos seguintes atos de corrupção: a) a solicitação ou a aceitação, direta ou indiretamente, por um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer objeto de valor pecuniário ou de outros benefícios como dádivas, favores, promessas ou vantagens para si mesmo ou para outra pessoa ou entidade em troca da realização ou omissão de qualquer ato no exercício de suas funções públicas; b) a oferta ou outorga, direta ou indiretamente, a um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer objeto de valor pecuniário ou de outros benefícios como dádivas, favores, promessas ou vantagens a esse funcionário público ou outra pessoa ou entidade em troca da realização ou omissão de qualquer ato no exercício de suas funções públicas; c) a realização, por parte de um funcionário público ou pessoa que exerça funções públicas, de qualquer ato ou omissão no exercício de suas funções, a fim de obter ilicitamente benefícios para si mesmo ou para um terceiro; d) o aproveitamento doloso ou a ocultação de bens provenientes de qualquer dos atos a que se refere este artigo; e e) a participação, como autor, co-autor, instigador, cúmplice, acobertador ou mediante qualquer outro modo na perpetração, na tentativa de perpetração ou na associação ou confabulação para perpetrar qualquer dos atos a que se refere este artigo.

Ao observar com atenção a alínea “d” do dispositivo acima, verificamos que a convenção compreende enquanto ato de corrupção “a ocultação de bens provenientes dos atos a que se refere este artigo”. Assim, percebemos que há o entendimento da lavagem de dinheiro como uma prática corrupta, na medida em que a sua finalidade é justamente ocultar a origem ilícita de um bem, relacionando-se, dessa forma, com um outro crime, como verificamos no transcorrer deste trabalho. Vale salientar que, com base nas disposições da Convenção Interamericana Contra a Corrupção, o crime que está vinculado à lavagem de dinheiro poderia ser qualquer uma das demais práticas previstas ao longo do seu artigo 6º.

Desse modo, o entendimento da lavagem de capitais enquanto uma prática corrupta advém da sua fundamentalidade para a conclusão de todas as ações intrínsecas aos esquemas de corrupção, já que, após a prática de algum ato de corrupção considerado enquanto ação criminosa, se torna imprescindível mascarar os seus vestígios, impondo dificuldades para qualquer investigação descobrir o ocorrido e vinculá-lo ao (s) seu (s) autor (es). Acerca dessa relação entre a corrupção e a lavagem de dinheiro, comenta Teixeira (2000, p. 15): “a corrupção prejudica a todos, criando obstáculos às relações entre os Estados e suas empresas, facilitando a prática de outros crimes, como o narcotráfico e a ‘lavagem’ de dinheiro”. Afinal, diante deste cenário imposto pela corrupção, segundo Gomes e Fernandes (2017, p. 126 - 127), temos que:

Atividades relacionadas com a construção civil, hotelaria, setores de prestação de serviços (restaurantes e bares em sua maioria, devido à alta rotatividade e à facilidade em maquiar despesas e entradas) são segmentos que, de modo fácil e seguro oferecem oportunidades para operações com ativos obtidos de modo ilícito, de modo que a corrupção pode fazer parte do rol de delitos capazes de produzir tais ativos ilícitos.

Isso não significa dizer que todas as empresas estão ligadas a atividades ilícitas ou corruptas, mas sim que, muitas vezes, empresas são utilizadas para tais práticas.

A partir dessa análise, portanto, percebemos claramente que a corrupção engloba a lavagem de dinheiro por esta constituir um dos seus atos, conforme entendimento jurídico internacional. Dessa maneira, quando tratamos de corrupção consequentemente estamos abordando, também, a lavagem de capitais por este ser um delito necessário para ocultar os vestígios gerados por outras práticas corruptas, sendo igualmente responsável pelas violações aos direitos fundamentais sociais resguardados ao longo do artigo 6º da nossa Constituição Federal por auxiliar no desvio de parcelas significativas de verbas públicas para investimento em setores como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança, direitos expressos e assegurados na redação do supracitado dispositivo constitucional.

#### 4.2 A CONTRIBUIÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO PARA A INEFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS: UMA ESTIMATIVA QUANTITATIVA

Sabemos, agora, que a lavagem de dinheiro é compreendida enquanto uma prática corrupta internacional e nacionalmente, já que a Convenção Interamericana Contra a Corrupção assim a considera e foi ratificada em nosso país por meio do decreto legislativo nº 152 de 2002. Com isso, tendo em vista este patamar da pesquisa, cabe, então, abordarmos o modo como, quantitativamente, as práticas corruptas, dentre elas a lavagem de dinheiro, influenciam na ineficácia dos nossos direitos sociais.

No Brasil, há um alto índice de corrupção, o que impõe custos muito elevados para a Administração Pública nacional. Isto porque o fluxo de propina no mercado aumenta o custo da operacionalização dos negócios e é justamente esse aumento que, caso inexistente, poderia estar sendo aplicado na execução de políticas públicas cujo fim seria a implementação dos nossos direitos fundamentais sociais. Contudo, é interessante observar que a propina em si, paga em sua individualidade por um agente privado ao servidor público, não é o único fator responsável pelo aumento de custo das operações negociais que envolvem a Administração Pública, posto que, muitas vezes, está imbricada ao sobrepreço contratual do produto ou serviço adquirido durante o procedimento licitatório, haja vista que, segundo Oliveira (2006, p. 11 - 12):

Os prejuízos decorrem não só do não ingresso, mas de despesas aumentadas, o que ocorre, por exemplo, com elevação dos valores de venda apresentados ao Poder

Público em licitações. Como há a institucionalização dos “20%” que devem ser pagos aos agentes políticos ligados à obra, ao serviço ou compra, os valores formulados nas propostas comerciais, normalmente, estão acima do mercado, o que obriga maior dispêndio de recursos para obter o mesmo bem. Muitas vezes, os editais já são preparados para que determinada empresa ganhe o objeto do contrato, o que, evidentemente, irá encarecer seu montante. De outro lado, são as “revisões” dos valores contratuais que, ainda que com previsão em lei, superam os parâmetros de mercado. (...) Imaginemos uma licitação, em que haja conluio entre o agente, que prepara o edital, para que determinada empresa seja a vencedora, ou em que haja conluio entre os licitantes e, no seio deles, já delimitam trechos da obra que irão realizar. É comum, especialmente em grandes empreendimentos, que a obra seja repartida em segmentos. Normalmente, os interessados resolvem entre eles e já sabem sobre que trecho apresentarão as respectivas propostas, ou seja, não haverá confronto e, sabedores das propostas dos outros, apresentarão as suas. Logo, cada qual ficará com seu quinhão. Diga-se o mesmo em relação a outras compras, obras ou serviços de que necessita o Poder Público. São formas difíceis de se combater. Em todas, haverá sobrepreço, uma vez já se sabe quem irá vencer e, pois, haverá evidente lesão aos cofres públicos, uma vez que obterá serviço por preço acima do mercado.

Nesse sentido, temos o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), que indica o nível de corrupção no setor público e que é realizado pela a Transparência Internacional, uma Organização Não Governamental (ONG) que desenvolve pesquisas e soluções em todo o mundo sobre este tema desde a década de 1990. Vale salientar que, até 2011, o IPC era avaliado numa escala de 0 a 10, segundo a qual 0 correspondia a um país com altos níveis de corrupção, enquanto 10 condizia ao menor índice de práticas corruptas no Estado avaliado. Entretanto, a partir de 2012 houve uma alteração nessa escala, que passou a ser de 0 a 100. Todavia, essa modificação foi apenas numérica, já que a interpretação da pesquisa permaneceu igual, posto que o grau 0 continuou enquanto referente a um país extremamente corrupto e 100 como correspondente ao nível de um país que é considerado extremamente íntegro.

Tendo em vista essas modificações, em 2010, o Brasil apresentou o seguinte IPC, de acordo com a Figura 1 da Transparência Internacional (2010, p. 3):

**Figura 1 - Índice de Percepção da corrupção - Brasil/2010**

RANK	COUNTRY/ TERRITORY	SCORE		
59	Tunisia	4.3	91	Bosnia and Herzegovina 3.2
62	Croatia	4.1	91	Djibouti 3.2
62	FYR Macedonia	4.1	91	Gambia 3.2
62	Ghana	4.1	91	Guatemala 3.2
62	Samoa	4.1	91	Kiribati 3.2
66	Rwanda	4.0	91	Sri Lanka 3.2
67	Italy	3.9	91	Swaziland 3.2
68	Georgia	3.8	98	Burkina Faso 3.1
69	Brazil	3.7	98	Egypt 3.1
69	Cuba	3.7	98	Mexico 3.1
69	Montenegro	3.7	101	Dominican Republic 3.0
69	Romania	3.7	101	Sao Tome & Principe 3.0
73	Bulgaria	3.6	101	Tonga 3.0
73	El Salvador	3.6	101	Zambia 3.0
73	Panama	3.6	105	Algeria 2.9
73	Trinidad and Tobago	3.6	105	Argentina 2.9
73	Vanuatu	3.6	105	Kazakhstan 2.9
78	China	3.5	105	Moldova 2.9
78	Colombia	3.5	105	Senegal 2.9
78	Greece	3.5	110	Benin 2.8
78	Lesotho	3.5	110	Bolivia 2.8
78	Peru	3.5	110	Gabon 2.8
78	Serbia	3.5	110	Indonesia 2.8
78	Thailand	3.5	110	Kosovo 2.8
85	Malawi	3.4	110	Solomon Islands 2.8
85	Morocco	3.4	116	Ethiopia 2.7
87	Albania	3.3	116	Guyana 2.7
87	India	3.3	116	Mali 2.7
87	Jamaica	3.3	116	Mongolia 2.7
87	Liberia	3.3		

**Fonte: Transparência Internacional (2010, p. 3)**

Considerando os resultados dessa pesquisa realizada pela Transparência Internacional, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) realizou um estudo em que estimou o custo médio anual da corrupção no Brasil entre 1,38% a 2,3% do seu Produto Interno Bruto (PIB), correspondendo, portanto, a uma quantia entre 50,8 a 84,5 bilhões de reais. Esse custo médio anual da corrupção para o Brasil, vale salientar, consiste em quanto, monetariamente, as práticas corruptas desviam dinheiro público das suas finalidades originárias, incluindo, portanto, as verbas que seriam destinadas para a execução de políticas públicas com o fim de disponibilizar o acesso aos direitos fundamentais sociais pela população ou, até mesmo, aprimorar os programas governamentais que já os efetivam. Com isso em vista e considerando os supracitados valores, a FIESP embasou a sua análise no valor mais baixo apresentado, ou seja, nos 50,8 bilhões de reais, concluindo, estimativamente, que com esse dinheiro desviado em razão das práticas corruptas institucionalizadas em nosso país, seria possível:

Arcar com o custo anual de 24,5 milhões de alunos das séries iniciais do ensino fundamental segundo os parâmetros do CAQi; Equipar e prover o material para 129 mil escolas das séries iniciais do ensino fundamental com capacidade para 600 alunos segundo o modelo CAQi; Construir 57,6 mil escolas para séries iniciais do ensino fundamental segundo o modelo CAQi; Comprar 160 milhões de cestas básicas (DIEESE); Pagar 209,9 milhões de bolsas família em seu valor máximo (Básico + 3

variáveis + 2 BVJ); Construir 918 mil casas populares segundo o programa Minha Casa Minha Vida II. (FIESP, 2010, p. 7)<sup>12</sup>

Uma outra possibilidade para usufruto dos 50,8 bilhões de reais que custearam a corrupção em nosso país ao longo daquele ano, de acordo com a estimativa que o FIESP (2010, p. 7) apresenta na Figura 2, é:

**Figura 2 - Usos Alternativos do gasto com a corrupção**

Usos Alternativos do Gasto com Corrupção (OU)

Utilidades	Custo Unitário (km ou unidade)	Uso alternativo	Observação
San. Básico (só esgoto)	3220	15.776.398	famílias/lares
Rodovia	1300000	39.077	quilômetros (1)
Ferrovia	2400000	21.167	quilômetros (2)
Aeroportos	650000000	78	unidades/aeroportos (3)

Observações

(1) construção de rodovia nova - pista simples

(2) ferrovia padrão Norte-Sul

(3) como S. Gonçalo Amarante (só a construção, sem contar terreno)

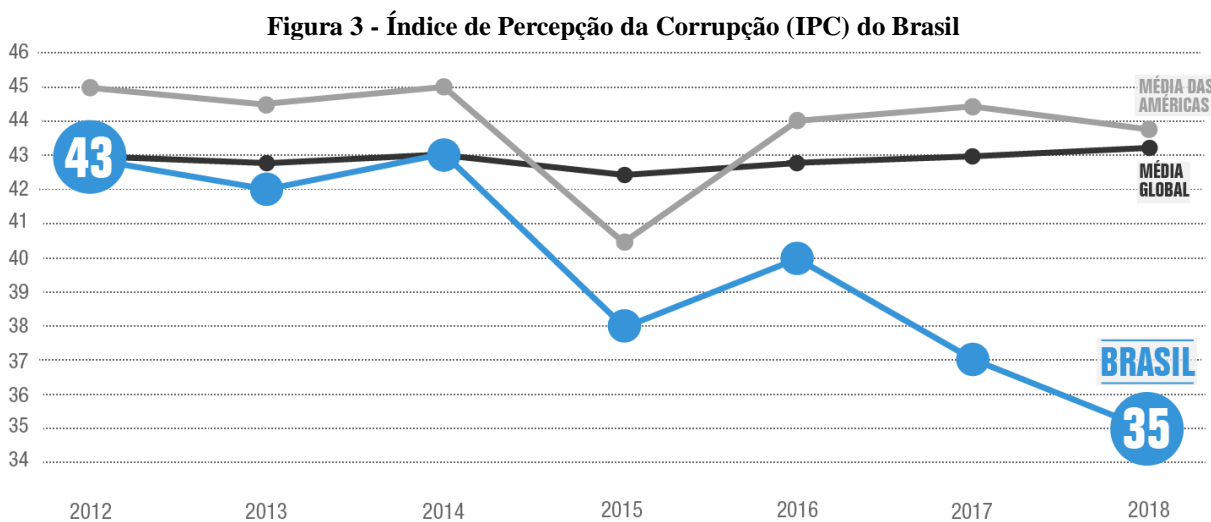
**Fonte: FIESP (2010, p. 7)**

Por meio desse estudo elaborado pela FIESP em 2010, com base no IPC do Brasil na época, foi possível constatar concretamente a influência da corrupção na ineficácia dos direitos fundamentais sociais. Isto porque o valor correspondente ao custo causado ao Brasil pelas práticas corruptas institucionalizadas em nosso território seria capaz, estimativamente, de contemplar setores como a educação, o transporte, a moradia, a alimentação e a assistência social, que compõem o rol de direitos em espécie expressos na redação do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, como vimos neste capítulo.

<sup>12</sup> A sigla “CAQi” corresponde a expressão “Custo Aluno-Qualidade”, que foi elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que determinou padrões mínimos de qualidade na educação básica por etapa, fase e modalidade, estando presente no Parecer nº 8/2010, do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 05 de maio de 2010 e disponível no site a seguir: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5368-pceb008-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5368-pceb008-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192).

### 4.3 OS IMPACTOS DO PETROLÃO PARA A INEFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS

Realizada a análise anterior com base no estudo elaborado pela FIESP em 2010, que realiza uma estimativa quantitativa acerca dos impactos econômicos da corrupção de modo geral em nosso país e a inefetividade dos nossos direitos fundamentais sociais, cabe agora questionar quais foram os reflexos deixados pelo Petrolão no que concerne aos seus reflexos neste mesmo segmento jurídico garantido constitucionalmente. Para tanto, mais uma vez analisaremos o Índice de Percepção de Corrupção (IPC) ao longo desta última década, ou seja, de 2012 até 2018, que, conforme a Transparência Internacional (2019), apresentou o seguinte panorama demonstrado na Figura 3:



Fonte: Transparência Internacional (2019)

A partir da imagem acima, podemos constatar que, embora o IPC brasileiro não tenha constituído, em nenhum período, o resultado ideal esperado, haja vista estar com uma pontuação mais próxima do grau de países com maior índice de corrupção, desde 2015 houve uma significativa decadência em seu IPC totalizado a cada ano, se mantendo numa média abaixo de 40 pontos. É interessante observar que, neste mesmo período, tivemos o auge da Operação Lava Jato, posto que entre 2014 e 2016 as suas investigações descobriram o esquema de corrupção implantado na Petrobras, envolvendo executivos da estatal, das principais empreiteiras do país, além da participação de políticos e dos principais partidos que constituíam a base governamental da época, de acordo com o que vimos no capítulo 1 deste trabalho. Considerando que 2017 e 2018 foram anos em que o IPC brasileiro permaneceu na mesma média obtida pelos

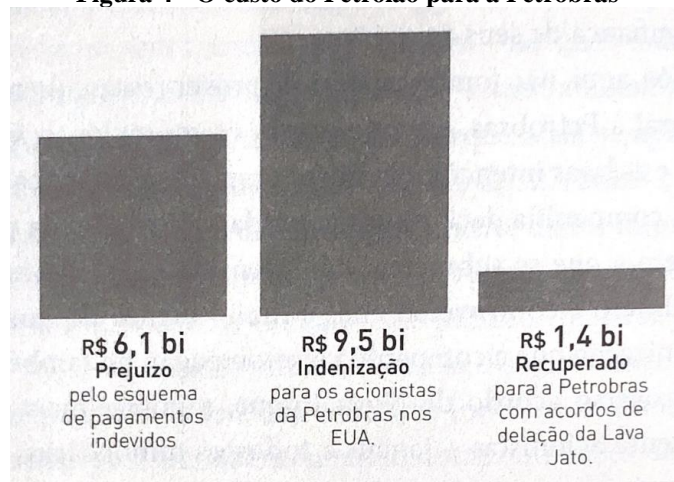
anos anteriores, é possível verificar que estes dois últimos anos sofrem com o mesmo reflexo sentido pelo Brasil desde 2015.

Isto nos demonstra que os esforços contra a corrupção em nosso país não foram suficientes para sanar o cerne dessa problemática de âmbito nacional. Afinal, ainda é necessária a execução de medidas legislativas e institucionais que sejam capazes de alterar as condições responsáveis por perpetuar a corrupção sistêmica no Brasil (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019), como discutimos no capítulo anterior. Assim, embora o Brasil na atualidade tenha buscado se adequar aos padrões internacionais anticorrupção, o que inclusive culminou no sistema antilavagem de dinheiro conforme visto neste trabalho, a seletividade penal e a maneira com a qual as leis são aplicadas em nosso país ainda fazem com que o nosso ordenamento jurídico não tenha a eficácia desejável neste âmbito.

Quanto aos reflexos quantitativos do Petrolão no que versa os nossos direitos fundamentais sociais, por necessitar de dados recentes para realização dessa análise, mas que ainda não foram concluídos, na medida em que as investigações e processos oriundos da Operação Lava Jato ainda estão em trâmite em nosso Poder Judiciário, as informações que possuímos até o presente momento são especulações, mas que já são capazes de nos fazer perceber os elevados prejuízos causados economicamente pelo Petrolão para a nossa sociedade.

Primeiramente, precisamos compreender que a Petrobras é uma empresa de economia mista, ou seja, recebe tanto investimento privado quanto investimento público. Porém, por ser uma empresa estatal de economia mista, a principal finalidade da petrolífera é prestar um serviço público e, por isso, deve o Estado brasileiro ser o seu maior acionista, para que detenha um maior controle da empresa. Isto também quer dizer que, como seu maior acionista, o Brasil é o que mais irá lucrar quando a Petrobras estiver bem financeiramente, assim como será o que mais irá perder nas situações em que a petrolífera sofrer prejuízos. Esse impacto se torna ainda maior por ser a economia nacional extremamente dependente do petróleo, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2018, p. 4), que assim dispõe: “o setor de petróleo e gás responde por 13% do PIB brasileiro. Trata-se de uma indústria extremamente importante para o Brasil, responsável pela geração de milhares de empregos e pela injeção de bilhões de reais em investimentos”.

Desse modo, o sobrepreço dos contratos licitatórios da Petrobras, esquematizado pelas empreiteiras, diretores da petrolífera, políticos e partidos de base do governo da época, conforme exposto ao longo do capítulo 1, consiste em um dos fatores responsáveis por colocar a estatal numa situação de fragilidade econômica. Sobre isso, a Figura 4 apresenta uma estimativa dos prejuízos financeiros sofridos pela Petrobras em decorrência do Petrolão:

**Figura 4 - O custo do Petrolão para a Petrobras**

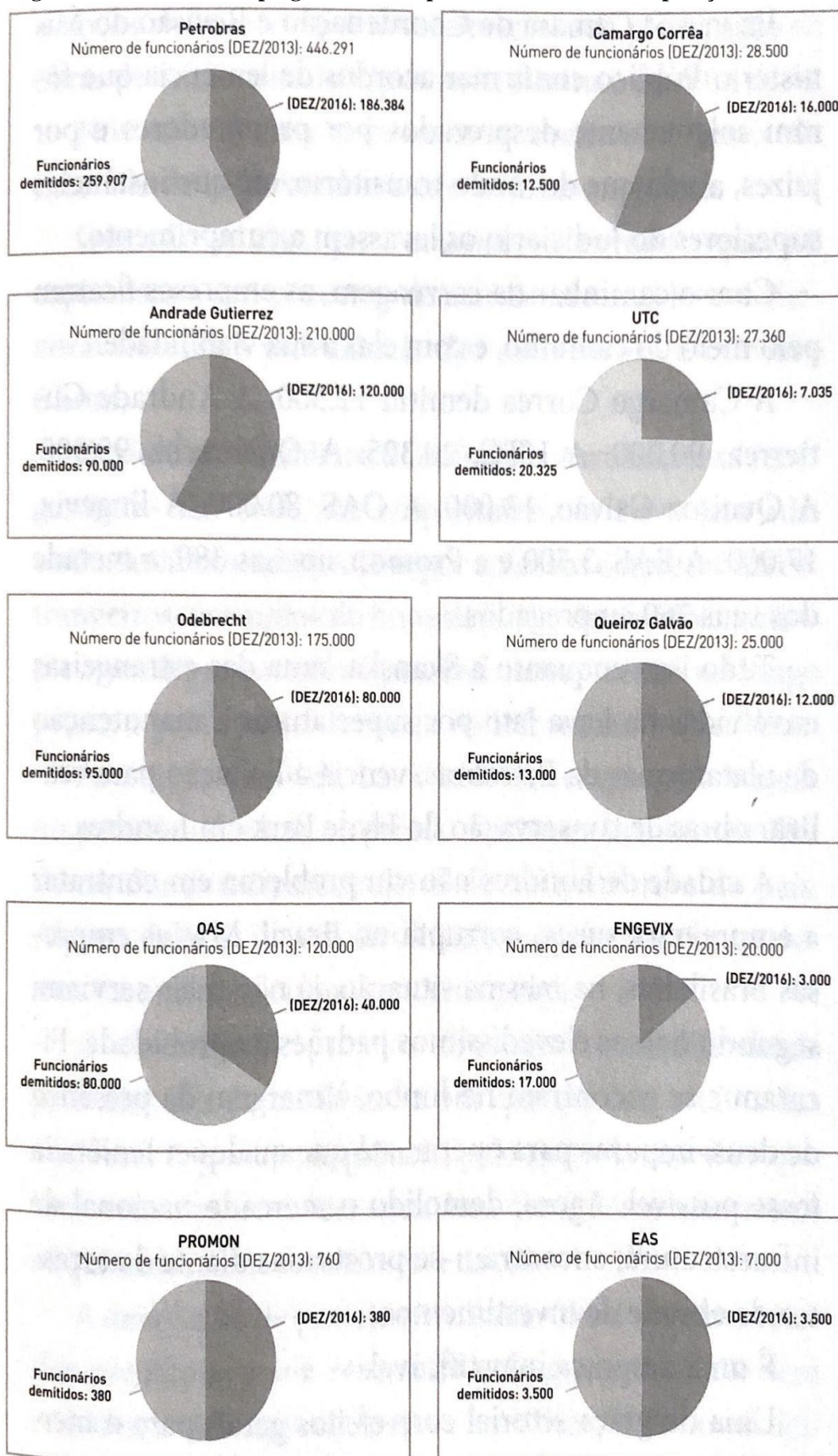
**Fonte: WARDE (2018, p. 78)**

Além desse desfalque financeiro exposto acima, a Petrobras ainda tem que enfrentar a sua descredibilidade frente ao mercado econômico nacional e internacional ocasionada através da descoberta do Petrolão pelas investigações da Operação Lava Jato, o que fez cessar muitos dos seus investimentos privados, colocando-a numa situação de fragilidade financeira que afetou não apenas a economia brasileira, dada a sua dependência do setor petrolífero, mas também a ordem social pátria. Isto porque um dos principais reflexos para a sociedade diz respeito ao elevado número de desemprego gerado por essa crise vivenciada pela Petrobras, que demitiu 259.907 funcionários, segundo Warde (2018).

Ocorre que essa drástica queda no número de postos de trabalho não afetou apenas a petrolífera, mas, também, as empresas que com ela contrataram e que estavam igualmente envolvidas nas investigações da Operação Lava Jato. Com isso, temos o seguinte cenário exposto pelas Figuras 5 e 6 no que concerne às empreiteiras envolvidas no cartel de fraudes licitatórias da Petrobras:

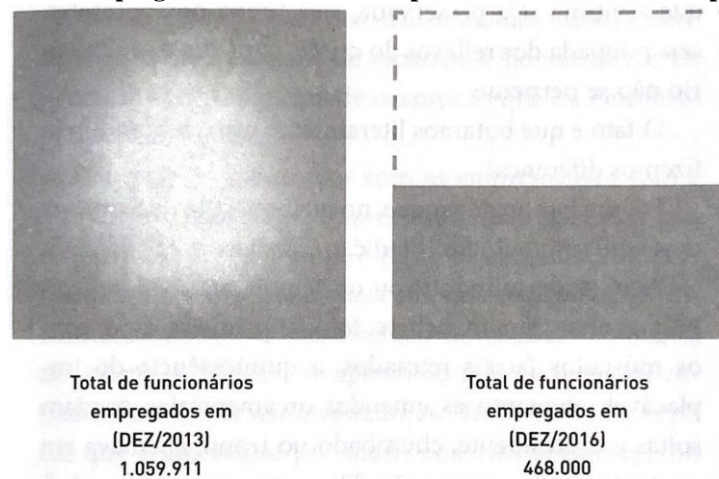


**Figura 5 - O déficit de emprego de cada empreiteira envolvida na Operação Lava Jato**



Fonte: WARDE (2018, p. 69)

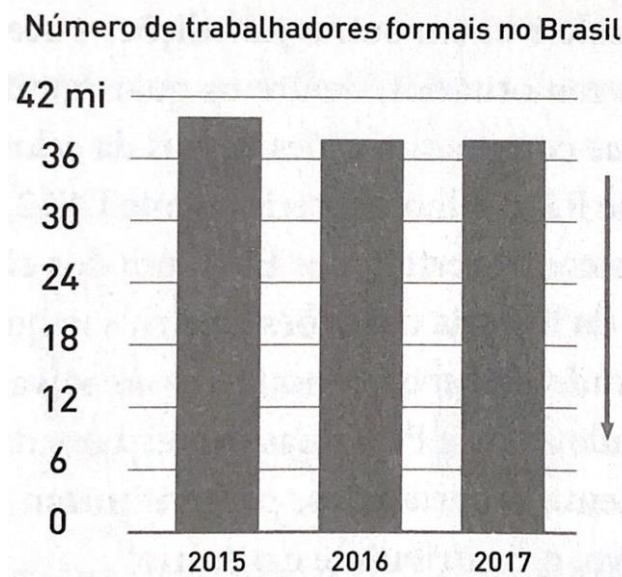
**Figura 6 - O déficit de emprego total de todas as empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato**



Fonte: WARDE (2018, p. 61)

Insta salientar que o desemprego não se limita apenas à Petrobras e empreiteiras envolvidas nas investigações da Operação Lava Jato, haja vista o impacto nacional de cada uma delas, afetando, igualmente, as demais empresas que com elas negociavam. Isto porque a economia funciona como um ciclo, cujo dano a um dos seus elementos abarca todos os demais. Assim ocorreu com a economia brasileira, o que se refletiu numa diminuição do número de trabalhadores formais nacionais, como podemos verificar na Figura 7:

**Figura 7 - Déficit no número de trabalhadores formais no Brasil entre 2015 e 2017**



Fonte: WARDE (2018, p. 73)

O trabalho, como vimos, na redação do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, consiste em um dos nossos direitos fundamentais sociais, de maneira que é direito do cidadão brasileiro ter a possibilidade de desenvolver uma atividade lícita, produtiva e remunerada,

cabendo, portanto, ao Estado desenvolver políticas públicas e econômicas que possibilitem a geração de postos de emprego. Considerando os dados expostos acima, percebemos claramente que o Petrolão foi responsável por inserir a Petrobras em um cenário de grande fragilidade financeira, afetando, com isso, a economia brasileira a tal ponto de gerar desemprego em nossa sociedade, fazendo com que os nossos índices de trabalhadores formalmente empregados em 2016 e 2017 sofressem uma redução quando comparados a 2015, já que a Petrobras é o centro de um dos nossos principais setores responsáveis pela geração do nosso PIB.

Assim, apesar de não termos, até o presente momento, dados suficientes para realizarmos uma estimativa abrangendo outros setores presentes no rol dos nossos direitos fundamentais sociais tal como o estudo realizado pela FIESP em 2010, haja vista a inconclusão das investigações da Operação Lava Jato, apenas os dados apresentados pela Transparência Internacional no que concerne o IPC brasileiro ao longo desta década e os estudos acerca dos impactos econômicos do Petrolão desde 2015 nos fazem perceber a influência e vinculação existente entre a corrupção, que engloba a lavagem de dinheiro, e a ineficácia dos nossos direitos fundamentais sociais. Isto porque embora tenhamos analisado apenas os impactos concernentes ao âmbito do direito fundamental social ao trabalho, quando traçamos um paralelo desses dados com o estudo da FIESP em 2010 e o IPC daquele ano mais favorável que o atual, podemos especular que, na atualidade, os reflexos da corrupção na inefetividade de nossos direitos sociais de modo geral são ainda maiores e profundos. Afinal, a partir dos dados demonstrados, temos a seguinte certeza: esses impactos existem e combater a corrupção sistêmica em nosso país, o que inclui a lavagem de capitais, significa sim lutar por uma maior implementação dos nossos direitos fundamentais sociais.

## 5 CONCLUSÃO

Durante a pesquisa que resultou neste trabalho, tínhamos três objetivos específicos, sendo eles: a) compreender como ocorre a lavagem de dinheiro no cenário de corrupção existente no Poder Público brasileiro; b) analisar como a falha na legislação material e processual penal brasileira dificulta o combate à lavagem de dinheiro; e, por fim, c) demonstrar a vinculação existente entre a corrupção, a lavagem de dinheiro e a inefetividade dos direitos sociais fundamentais expressos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, quanto ao primeiro objetivo específico, constatamos ser a lavagem de dinheiro uma atividade criminosa fluida que pretende ocultar bens, valores e direitos considerados igualmente fluídos, haja vista seu intenso fluxo no mundo atual. Sendo assim, a lavagem de dinheiro é capaz de ser executada e concretizada por diversos meios, principalmente diante da globalização que vivemos atualmente, posto que essa integração entre os países associada às redes tecnológicas em voga na contemporaneidade proporcionam uma maior possibilidade de elaboração de técnicas para se lavar capitais. Logo, na medida em que a globalização e a tecnologia se aprimoram a cada novo dia, a lavagem de dinheiro também varia conforme os progressos sociais e o perpassar do tempo, motivo pelo qual suas técnicas não são taxativas, mas meramente exemplificativas, posto que estão em constante transformação, o que também torna ineficaz o tradicional modelo de três fases de lavagem de dinheiro considerado pelas instituições em geral na execução de suas medidas antilavagem.

Acerca dos métodos aplicados para se lavar dinheiro no cenário de corrupção que permeia o Poder Público brasileiro, através do esquema denominado Petrolão, restou nítido que inúmeras foram as técnicas de lavagem de dinheiro utilizadas, havendo, inclusive, uma fusão entre elas, o que dificulta ainda mais os trabalhos investigativos por romper, de forma mais eficaz, a vinculação entre o agente corruptor e o bem adquirido através da corrupção. Em meio às estratégias utilizadas no Petrolão para se lavar os capitais obtidos, destacou-se a atuação dos doleiros, além da utilização de empresas de fachada associadas com a criação de contas bancárias estrangeiras. Através do Petrolão, então, conseguimos identificar em um caso prático e emblemático de esquema de corrupção a aplicação prática daquilo que a literatura recente versa sobre essa temática.

No que concerne o segundo objetivo específico deste trabalho, constatou-se a existência de uma seletividade penal em nosso país, que decorre de fatores históricos e sociais, na medida em que tanto o nosso Código Penal quanto o nosso Código de Processo Penal foram elaborados seguindo uma tendência mundial do século passado que ignorava a existência da criminalidade

negocial. Isto gera reflexos até os dias atuais, haja vista a fragilidade do nosso direito penal e processual penal em enquadrar devidamente os criminosos econômicos por eles não corresponderem ao perfil dos criminosos de rua que a punibilidade do nosso Estado pretende alcançar. Isto atribui aos sujeitos que cometem crimes negociais o gozo de uma impunidade em razão da posição de privilégio que ocupam em nossa sociedade em virtude da própria percepção dos nossos diplomas legislativos penais em não os enquadrar socialmente enquanto criminosos.

Percebemos, assim, que combater essa seletividade penal impõe a necessidade de uma reforma em nosso sistema criminal nacional para que haja o desvalor da classe social de origem do autor do crime para que seja gerada a consciência em nossa sociedade de que todos podem ser efetivamente responsabilizados por seus atos independentemente da posição social que ocupam. Porém, para tanto, é necessária uma postura política que objetive combater a criminalidade econômica. Contudo, obter essa medida de nossos agentes políticos é dificultoso, pois, como podemos inferir por meio do estudo do Petrolão, embora possuam o poder necessário para reverter essa situação, são também os mesmos sujeitos que se beneficiam da estrutura social e penal vigente em nossa sociedade na atualidade.

Nesse sentido, a pressão da população em geral é fundamental para que os políticos, que são os legítimos representantes do povo no Legislativo e no Executivo, ajam conforme os seus anseios modificando a atual estrutura organizacional de nossa sociedade no que concerne a seletividade penal. É nesse contexto, então, que surgiu a lei 12.683/2012, responsável por aprimorar a lei 9.613/1998, constituindo o sistema antilavagem de dinheiro brasileiro. Consideradas enquanto leis penais especiais ou extravagantes, essas leis surgiram com o intuito de moldar o direito penal material e processual conforme a atual realidade sociotemporal, que vive sob um novo panorama no que diz respeito a corrupção, considerada, agora, uma modalidade criminosa cometida por sujeitos de prestígio social e que atinge negativamente a ordem social e econômica estatal, em que se encontra a esfera de efetivação dos direitos fundamentais sociais.

Por fim, no que concerne a demonstração do vínculo existente entre a corrupção, lavagem de dinheiro e a inefetividade dos direitos fundamentais sociais, que compõe o terceiro objetivo específico deste trabalho, esta pesquisa demonstrou, através do estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o elevado custo da corrupção para o Brasil, que retira investimentos em setores como a educação, o transporte, a moradia, a alimentação e a assistência social, direitos previstos no *caput* do artigo 6º da nossa Constituição Federal de 1988. Restou claro, então, a nítida vinculação existente entre a corrupção em que se insere a

lavagem de dinheiro, conforme a Convenção Interamericana Contra a Corrupção ratificada pelo Brasil, e a ineficácia dos direitos fundamentais sociais.

Isto é reforçado, vale salientar, quando analisamos os efeitos do Petrolão para a sociedade brasileira por meio da observação do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) nacional ao longo da última década e dos índices de emprego do Brasil no mesmo período, haja vista que o trabalho também constitui um direito fundamental social e houve, em nosso país, uma significativa queda no número de empregadores formais contratados, sendo este um reflexo deixado pelo Petrolão para a nossa sociedade em razão da fragilidade econômica que este esquema colocou a Petrobras, empresa de importância central para o mercado brasileiro.

Concluimos este trabalho monográfico, então, percebendo que embora tenhamos tratado de um tema cuja literatura existente ainda seja escassa, tendo em vista a atualidade do assunto tratado e a inconclusão das investigações e processos judiciais acerca dessa questão que ainda estão em vigor, é nítida a vinculação existente entre a corrupção e a ineficácia dos direitos sociais fundamentais. Sendo a lavagem de dinheiro um ato de corrupção e um crime necessário para garantir a execução e perpetuidade dos esquemas corruptos que assolam o nosso país, combatê-la, portanto, é estar lutando contra a corrupção sistêmica e a favor do pleno desempenho de políticas públicas que visam concretizar eficazmente os nossos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Oportunidades no setor de petróleo e gás no Brasil: ações em curso e rodadas de licitações 2018 - 2019**. 2018. Disponível em: <[http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/Livreto\\_Upstream\\_2018-P.pdf](http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/Livreto_Upstream_2018-P.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- ALMEIDA, Diclá Sousa. **A inconstitucionalidade do afastamento automático do servidor público indiciado pelo crime de lavagem de capitais**. Santa Rita - PB, 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Jurídicas, Departamento de Ciências Jurídicas, 2016.
- ALVARES, Giselle Hoelz. **Corrupção brasileira e italiana: uma análise de direito comparado**. Curitiba - PR: Centro Universitário de Curitiba, 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito). Centro Universitário de Curitiba, Curitiba, Paraná, 2018.
- ARELLANO, Luis Felipe Vidal. **Fronteiras da responsabilização penal de agentes financeiros na lavagem de dinheiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular nº 3.461 de 2009**. Consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47555/Circ\\_3461\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47555/Circ_3461_v1_O.pdf)>. Acesso em 16 mai. 2019.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BARCELLOS, Ana Paula de. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. *In: Revista de direito do estado*, v. 1, n. 3, jul./ set. 2006.
- BARROS, Marco Antonio de. **Lavagem de Capitais e Obrigações Cíveis Correlatas**. 3. ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2012.
- BARROSO, Luís Roberto. **Corrupção, governança e direitos humanos: o caso do Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Corrupc%CC%A7a%CC%83o-Governanc%CC%A7a-e-Direitos-Humanos-Versa%CC%83o-em-portugue%CC%82s.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- BECHARA, Ana Elisa Liberatore S.; FUGIZER, Rodrigo José. A política criminal brasileira no controle da corrupção pública. *In: LA TORRE, Ignacio Berdugo Gómez de; BECHARA,*



Ana Elisa Liberatore S. (org). **Estudios sobre la corrupción: una reflexión hispano brasileña**. Espanha: Universidad de Salamanca, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; BADARÓ, Gustavo Henrique. **Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais: comentários à Lei 9.613/1998, com alterações da Lei 12.683/2012**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada - LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 - Publicação Original**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9613-3-marco-1998-372359-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 2002. **Aprova o texto final, após modificações de cunho vernacular, em substituição àquele encaminhado pela Mensagem 1.259, de 1996, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída originalmente em Caracas, em 29 de março de 1996**. Brasília, DF, jun 2002. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-152-25-junho-2002-459890-convencao-1-pl.html>>. Acesso em 04 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CHEMIN, Rodrigo. **Mãos Limpas e Lava Jato: a corrupção se olha no espelho**. Porto Alegre: CDG, 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Bernardo Leandro Carvalho. **A evolução do constitucionalismo transnacional nos tribunais: uma análise sociológico-sistêmica da Operação Lava Jato**. São Leopoldo - RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Público). Programa de Pós-Graduação em Direito, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2018.

COSTA, Marli Moraes; MAZZARDO, Luciane de Freitas. Perscrutando os efeitos da \\\\\\\\\\corrupção na realidade pátria: a (des)conexão com os direitos sociais. In: LEAL, Rogério Gesta; SILVA, Ianaiê Simonelli (Org.). **As múltiplas faces da corrupção faces da corrupção e seus efeitos na democracia contemporânea**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.



CRUZ, Rodrigo Camargo da. **Operação Lava Jato: Uma interpretação teórica a partir de Raymundo Faoro e Celso Furtado**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP. **Índice de percepção da corrupção**. 2010. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/relatorio-corruptao-custos-economicos-e-propostas-de-combate/>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

FERRAJOLI, Luigi. **El paradigma garantista: filosofía crítica del derecho penal**. Editorial Trotta, 2018.

FRANÇA, Leandro Ayres. A criminalidade de colarinho branco: a proposição teórica de Edwin Hardin Sutherland. In: **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**. v. 5. n. 5. Curitiba, 2014. p. 53 - 74.

GARCIA, Emerson. **Repressão à corrupção no Brasil: entre realidade e utopia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Luiz Flávio. A impunidade da macrodelinquência econômica desde a perspectiva criminológica da teoria da aprendizagem. In: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (org.). **Teoria Geral da tutela penal transindividual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011. p. 627 - 646.

GOMES, Ana Cristina; FERNANDES, Fernando A. A corrupção como violadora de direitos humanos: como a corrupção pode macular direitos sociais e desvirtuar políticas públicas. In: **Cadernos Prolam/USP**. v. 16. n. 31. 2017.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel Guimarães; REGO, Davi Uruçu. As variáveis socioeconômicas como pressupostos para a efetiva criminalização no sistema penal brasileiro. In: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (org.). **Teoria Geral da tutela penal transindividual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JELLINEK, GIORGIO. **Sistema dei diritti pubblici subbiettivi**. 1912. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/AdrianodaCosta/georg-jellinek-diritti-pubblici-subbiettivi>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

LEAL, Rogério Gesta. Os efeitos deletérios da corrupção em face dos direitos humanos e fundamentais. In: LEAL, Rogério Gesta; SILVA, Ianaiê Simonelli (Org.). **As múltiplas faces da corrupção faces da corrupção e seus efeitos na democracia contemporânea**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

MÂNICA, Fernando Borges. Teoria da reserva do possível: Direitos fundamentais a prestações e a intervenção do poder judiciário na implementação de políticas públicas. In:

**Revista Brasileira de Direito Público**, Belo Horizonte, ano 5, n. 18, p. 169-186, jul./set. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Fabiano Emídio de Lucena. **Lavagem de dinheiro e paraísos fiscais: impactos anti-desenvolvimentistas de uma economia sombria**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime de lavagem de dinheiro**. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2018.

MEOTTI, Francieli Freitas; ALVES, Felipe Dalenogare. Direitos fundamentais e o orçamento público: a corrupção como obstáculo para a concretização de políticas públicas. *In*: LEAL, Rogério Gesta; SILVA, Ianaiê Simonelli (Org.). **As múltiplas faces da corrupção faces da corrupção e seus efeitos na democracia contemporânea**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Entenda o caso - Caso Lava-Jato**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em 16 mai. 2019.

NEVES, Sheila Maria da Graça Coutinho. A criminalidade na sociedade pós-moderna. *In*: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, René Ariel (org.). **Teoria Geral da tutela penal transindividual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. A corrupção como desvio de recursos públicos: a agressão aos direitos humanos. *In*: **Revista brasileira de estudos jurídicos**. Faculdades Santo Agostinho: v. 1. n. 1. Montes Claros - MG: Editora da Fundação Santo Agostinho, 2005 - 2006. anual.

PARANÁ. Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba. Ap. 5083360-51.2014.404.7000/PR, Juiz: Sérgio Fernando Moro, 2014. Disponível em: <[https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta\\_processual\\_resultado\\_pesquisa&txtPalavraGerada=ubsd&hdnRefId=1efb4d31d6c961e0346952600fcf3e98&selForma=NU&txtValor=5083360-51.2014.404.7000&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&codigoparte=&txtChave=&paginaSubmeteuPesquisa=let ras](https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtPalavraGerada=ubsd&hdnRefId=1efb4d31d6c961e0346952600fcf3e98&selForma=NU&txtValor=5083360-51.2014.404.7000&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&codigoparte=&txtChave=&paginaSubmeteuPesquisa=let ras)>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PARANÁ. Justiça Federal Seção Judiciária do Paraná 13ª Vara Federal de Curitiba, Ap. 5083258- 29.2014.404.7000/PR, Juiz: Sérgio Fernando Moro, 2014. Disponível em: <[https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta\\_processual\\_resultado\\_pesquisa&txtPalavraGerada=Avyw&hdnRefId=eb7a95309a13b5475156dca346866842&selForma=NU](https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&txtPalavraGerada=Avyw&hdnRefId=eb7a95309a13b5475156dca346866842&selForma=NU)>

&txtValor=50832582920144047000&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=&selOrigem=PR&sistema=&codigoparte=&txtChave=&paginaSubmeteuPesquisa=letras>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RIOS, Rodrigo Sánchez. Alterações na Lei de Lavagem de Dinheiro: breves apontamentos críticos. *In: Boletim IBCCRIM*, ano 20. n. 237. 2012, p. 3 - 4.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Nova Lei de Lavagem de Dinheiro no Brasil: compreendendo os programas de criminal compliance. *In: Revista Digital do IAB*, v. 18, p. 99-107, 2013.  
SANCTIS, Fausto Martin de. **Delinquência econômica e financeira: colarinho branco, lavagem de dinheiro, mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SCHORSCHER, Vivian Cristina. **A criminalização da lavagem de dinheiro: críticas penais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Guilherme Gonçalves da. Da ineficiência da punição frente a corrupção política no Brasil. *In: ETIC - Encontro de Iniciação Científica*. v. 11. n. 11, 2015.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. A ideia penal sobre a corrupção no Brasil: da seletividade pretérita à expansão de horizontes atual. *In: LA TORRE, Ignacio Berdugo Gómez de; BECHARA, Ana Elisa Liberatore S. (org). Estudios sobre la corrupción: una reflexión hispano brasileña*. Espanha: Universidad de Salamanca, 2012.

SOUTO, Arthur Heinstein Apolinário. **Lavagem de capitais: administração de justiça e ordem socioeconômica como bens jurídicos tutelados**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SUTHERLAND, Edwin Hardin. White-Collar Criminality. *In: American Sociological Review*. v. 5. n. 1. 1940. Disponível em: <[https://is.muni.cz/el/1423/podzim2015/BSS166/um/Sutherland.\\_1940.\\_White-collar\\_Criminality.pdf](https://is.muni.cz/el/1423/podzim2015/BSS166/um/Sutherland._1940._White-collar_Criminality.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2019.

TEIXEIRA, Alessandra Moraes. A corrupção como elemento violador de direitos humanos. *In: Revista Jurídica da UNIC*. v. 2. n. 1. 2000.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice da percepção da corrupção 2018**. Disponível em: <<https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Corruptions perceptions index 2010**. 2010. Disponível em: <<https://www.transparency.org/cpi2010/results>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

TRINDADE, Vitória Etges Becker. A corrupção como fator inibidor da concretização dos direitos sociais e possíveis formas de prevenção e combate por meio da participação popular e exercício da cidadania. *In: SEMINÁRIO NACIONAL TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS*, 2016, Porto Alegre. DIAS, Handel Martins; XAVIER, José

Tadeu Neves (Org.). **Anais do II Seminário Nacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis**. Porto Alegre: FMP, 2016.

PLATT, Stephen. **Capitalismo criminoso: como as instituições financeiras facilitam o crime**. São Paulo: Cultrix, 2017.

VALADARES, Antônio Carlos. **Por um sistema mais eficiente de combate à lavagem de dinheiro**. In: Revista Jurídica Consulex, ano 16. n. 361. 2012, p. 28 - 29.

VIEIRA, Gabriela Alves Mendes; VARELLA, Marcelo Dias. A conexão entre os direitos humanos e a corrupção. In: **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, 2014 p. 476 - 494.

VILARDI, Celso Sanches. **A ciência da infração anterior e a utilização do objeto da lavagem**. In: Boletim IBCCRIM, ano 20. n. 237. 2012, p. 17 - 18.

WARDE, Walfrido. **O espetáculo da corrupção: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.